

# Revista de cultura trasmontana e duriense



*Número inteiramente dedicado  
ao Encontro “Saber Trás-os-Montes”  
(A Literatura Trasmontana e Alto-Duriense)  
2 e 3 de Outubro de 2010*

Revista *Tellus*  
Câmara Municipal de Vila Real

*Tellus*  
55

*Tellus*, n.º 55

Revista de cultura trasmontana e duriense

Director: A. M. Pires Cabral

Edição: Grémio Literário Vila-Realense / Câmara Municipal de Vila Real

Vila Real, Outubro de 2011

Tiragem: 300 exemplares

ISSN: 0872 - 4830

Composto e impresso: Minerva Transmontana, Tip., Lda. — Vila Real

**Os artigos assinados são da responsabilidade dos respectivos autores.**

**Embora dispensando-lhes a melhor atenção, TELLUS não se obriga a publicar quaisquer originais.**

**Autoriza-se a transcrição, no todo ou em parte, do material contido neste número, desde que citada a origem.**

**TELLUS encara favoravelmente quaisquer modalidades de permuta e/ou colaboração com outras publicações nacionais ou estrangeiras.**

**TELLUS faculta aos seus colaboradores a tiragem de separatas dos seus artigos, correndo as despesas por conta daqueles.**

# Revista de cultura trasmontana e duriense

*Tellus*  
55



# João de Araújo Correia e a linguagem popular

*A. M. Pires Cabral*

**João de Araújo Correia** é consensualmente considerado um dos maiores escritores portugueses do séc. XX (mestre sobretudo na difícil arte do conto) e ao mesmo tempo um dos mais consumados usuários da Língua Portuguesa e, pelo exemplo e pela pedagogia, um dos mais aguerridos defensores da mesma.

Cruz Malpique, um dos intelectuais portugueses que mais atenção prestaram à obra do escritor, define-o como «contista de mão cheia»<sup>1</sup>. E justifica: «Primeiro entre iguais, senão único, na literatura nacional. Ninguém aí o suplanta na vernaculidade da linguagem, na humanidade das personagens, na verdade das situações, na riqueza da observação psicológica, na comunicativa simplicidade.»

Entre cerca de quarenta títulos que publicou, contam-se mais de uma dezena de livros de contos (e novelas, sendo que a novela é um género que cultiva escassamente, já que ao seu espírito rectilíneo convêm mais a brevidade e a síntese próprias do conto). Neles se incluem obras-primas como *Contos Bárbaros*, *Contos Durienses*, *Terra Ingrata*, *Montes Pintados*. Todos reflectem magistralmente o microcosmo alto-duriense. São contos concisos<sup>2</sup>, incisivos e rigorosos, em que nada é supérfluo, tudo tem um significado. Ao lado da paisagem e das actividades agrárias do Alto Douro, os seus contos retratam com precisão a gente que o habita — fidalgos, padres, doutores, caciques, mendigos, carreiros, lavradores, homens e mulheres comuns — captados ao vivo no desenrolar dos seus dramas, nas suas artimanhas, vícios e virtudes, na sua

<sup>1</sup> Cruz Malpique, *Perfil Literário de João de Araújo Correia*. Imprensa do Douro, Editora, 1964, p. 194.

<sup>2</sup> O próprio João de Araújo Correia se refere recorrentemente aos seus contos e crónicas como *miniaturas*, como por exemplo em entrevista concedida ao *Jornal de Notícias*, em 17 de Fevereiro de 1956.

ascensão e na sua decadência, na sua soberba e na sua humildade, na sua ambição e na sua falta de escrúpulos — em tudo aquilo que, afinal, faz alguém digno de protagonizar um conto. João de Araújo Correia põe à nossa frente uma fauna humana de tal forma diversa e total, que João Bigotte Chorão, outro grande estudioso do escritor, se interroga: «Não será o microcosmo de João de Araújo Correia, afinal, um macrocosmo? O homem do Douro é o homem universal — o homem que odeia e ama, que se vinga e perdoa, que sofre e faz sofrer. Todos os pecados estão ali representados — a ira, a inveja, a avareza, a soberba, a gula, a luxúria, a preguiça — e todas as virtudes — a prudência, a justiça, a fortaleza, a temperança.»<sup>3</sup>

Também a sua faceta de fino cronista é geralmente reconhecida e admirada. «O cronista ocupa o lugar a que tem direito ao lado do contista», escreve João Bigotte Chorão.<sup>4</sup> Das suas crónicas — que são, tal como os contos, breves, incisivas e rigorosas — escreve o mesmo João Bigotte Chorão: «A crónica de João de Araújo Correia, como já se disse, não divaga — vai direita ao assunto, desliza límpida e esperta à superfície (...). Espelho de um espírito claro e ordenado, essa crónica é também modelo acabado de prosa.»<sup>5</sup>

**Nesta circunstância, porém,** interessa-nos para já delimitar terreno e considerar apenas a sua qualidade de defensor da língua portuguesa, que ele próprio assumia<sup>6</sup> e justificou deste modo: «A língua portuguesa é para mim sangue materno. Quando ma ofendem, perco a serenidade.»<sup>7</sup> Não é dizer pouco — um homem que, no mais, sempre cultivou a cortesia, a compostura, a urbanidade e a tolerância.

Nesta sua luta árdua e constante, que combateu ao longo de toda a sua vida de escritor, João de Araújo Correia começou por publicar em 1952 um volume intitulado *Por amor da nossa fala*.<sup>8</sup> É sobretudo dedicado a questões de ortoépia — assunto que de resto continuará a abordar regularmente em páginas posteriores. Já aí João de Araújo Correia se revela um paladino das vogais mudas — que em seu entender dão ao nosso idioma «a sua peculiar suavidade». Curiosamente, na opinião de outros, as vogais mudas são responsáveis por o Português ter uma sonoridade apagada, ‘consonântica’, em flagrante contraste com a pronúncia brasileira.

Publicou mais tarde, na efêmera *Revista do Norte*, que saiu no Porto durante um único ano (1955), uma série de nótulas linguísticas, espécie de pequenas crónicas didáticas, com o título geral de *Enfermaria do idioma*. Saíram sob o pseudónimo de

<sup>3</sup> João Bigotte Chorão, *João de Araújo Correia – um clássico contemporâneo*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1986, p. 29.

<sup>4</sup> In *O mestre de nós todos*, Porto: Campo das Letras, 1999.

<sup>5</sup> Op. cit., p. 45.

<sup>6</sup> «Haverá quem tenha defendido, com mais calor do que eu, a língua portuguesa?» – disse numa entrevista à RTP em 9 de Setembro de 1969.

<sup>7</sup> *Por Amor da Nossa Fala*. Régua: Imprensa do Douro, 1952, p. 12.

<sup>8</sup> Régua: Imprensa do Douro.

Constâncio de Carvalho, nome real de um certo almocreve de Canelas, por sinal homem analfabeto — e isto constitui desde logo um indício claro de que João de Araújo Correia via no povo iletrado um grande mestre da língua, como não se cansará de proclamar aqui e ali na sua obra. Extinta a revista, não se extinguiu a *Enfermaria*, cuja publicação prosseguiu, agora nas páginas do boletim *Vida por vida*, dos Bombeiros Voluntários do Peso da Régua, sempre sob o mesmo pseudónimo tutelar. Essas nótulas foram mais tarde reunidas em volume pelo próprio autor, mantendo o título de *Enfermaria do idioma*,<sup>9</sup> uma obra sobre a qual opinou João Bigotte Chorão: «Eis um livro que, se houvesse uma política de educação nacional [...], seria de leitura recomendada no ensino secundário. Muito aprenderiam com ela alunos e não poucos professores.»<sup>10</sup>

Com início em Março de 1978, manteve ao longo de sete anos, no jornal reguense *O Arrais* (que ajudou a fundar e em que colaborou assiduamente), uma secção dirigida aos que maltratam a língua, a que chamou *Dispensário linguístico*.<sup>11</sup> Assinava então com o pseudónimo Dr. Manuel.

As palavras ‘enfermaria’ e ‘dispensário’ não são usadas por acaso. Poderiam parecer deformação profissional do autor — médico, como sabemos. Mas têm que ser vistas antes na perspectiva de quem sente que a língua portuguesa está mal de saúde e precisa de cuidados. Onde? Numa enfermaria, num dispensário. ‘Enfermaria do idioma’ e ‘dispensário linguístico’ são pois metáforas para ‘saneamento da língua’, que anda inquinada e mal-ferida por utentes que assoalham a sua ignorância nas páginas dos jornais, nas ondas da rádio (João de Araújo Correia insistiu muito em que deve dizer-se ‘do rádio’...) e nos ecrãs da televisão.

As nótulas do *Dispensário linguístico* são consideravelmente mais curtas do que as da *Enfermaria do idioma*. Às vezes são constituídas por uma única frase, raramente mais que três. Podemos chamar-lhes recados, não raro autênticos raspanetes, dados na 2.<sup>a</sup> pessoa, inculcando que o autor se dirige, em cada um deles, a alguém de quem acaba de ler ou ouvir um disparate linguístico. Alguns exemplos: «Se chamas *anelar* ao dedo *anular*, deves chamar *orelhar* ao dedo *auricular*.» «Se o cônego *passou a bispo*, não digas que *virou bispo*.» «Colocar *questões*, em vez de *fazer perguntas*, é deitar a língua em maus lençóis.» E assim por diante.

Resta dizer a este propósito que este zelo vigilante pela língua portuguesa se encontra presente em outras obras do autor, nomeadamente nos livros de crónicas *Sem método*, *Manta de farrapos*, *Horas mortas e Ecos do país*, assim como no volume *Palavras fora da boca*, que o próprio Autor subintitula ‘Miscelânea oratória’.

**Claro que, chegados aqui**, põe-se o problema de saber até que ponto não andar

<sup>9</sup> Régua: Imprensa do Douro, 1971.

<sup>10</sup> Op. cit., p. 50.

<sup>11</sup> Estes recados, recolhidos e apresentados por Amorim de Carvalho, foram publicados postumamente (1999) em volume pela Imprensa do Douro, mantendo o título original: *Dispensário linguístico*.

nestes vigorosos puxões de orelhas aquilo que se chama purismo ou, em linguagem mais correntia e desabusada — caturrice. Isto é, uma atitude teimosa de quem se nega a aceitar a evolução — coisa que nas línguas é tão natural e inevitável como nos seres vivos.

O caturra é alguém que defende intransigentemente a língua. Mas que língua? Aquela que herdou, e que gostaria de legar inalterada às gerações seguintes. Esquece-se porém que essa língua que herdou constitui um ponto de chegada de muitas transformações operadas ao longo do tempo e simultaneamente um ponto de partida para novas transformações. Ou seja: que toda a língua é um organismo vivo e evolutivo. O caturra pode queixar-se de que a evolução se torna hoje extraordinariamente rápida — sinal dos tempos — e de que há muitos abusos, mas não pode opor-se a que a língua evolua. Tentar fazê-lo é inútil e quixotesco, um pouco à maneira de Calisto Elói, que pretendia que as velhas ordenações afonsinas fossem ainda no séc. XIX a fonte de todo o direito. O caturra não pode arrogar-se a qualidade de guardião e juiz da pureza da língua. Pode sim utilizá-la conformemente a essa pureza, e desse modo dar o seu contributo para estorvar o passo à evolução que abomina e que, em seu parecer, desfeia e arruína a língua. Porque é necessário ter presente que a evolução de qualquer língua é sempre o resultado da dialéctica entre a acção dos falantes (abertos a todas as influências), que a empurra para a frente, e a reacção do purista (encurralado no seu reduto), que procura retardá-la. A diacronia é uma sucessão de sincronias, e nenhuma sincronia pode ser tida por definitiva.

Fazendo abertamente a pergunta melindrosa: será João de Araújo Correia um caturra?

Ele próprio responde: «Eu não sou caturra. Termo peregrino que me cative, desde que precise dele e não colida com o âmago da nossa língua, não o enjeito. Olho vê, mão pilha. Tolo seria se me fizesse esquisito. O que não faço é trocar o meu pelo alheio sem necessidade equivalente à fome.»<sup>12</sup> E diz noutro lugar<sup>13</sup> que abomina os puristas (leia-se pois ‘caturras’), que são «homens cabeludos, com fígados de ferro, que desejam a língua de hoje igual à língua de ontem, já que, ai Jesus, a não podem fazer igual à língua de anteontem.» Ele sabe distinguir: «Simpatizo com os caturras inteligentes, sabedores e risonhos. Dos outros, *libera nos, domine!*»<sup>14</sup> Reconhece pois que há caturras... e caturras.

Mas — é forçoso reconhecê-lo — se não se considera caturra (nem sequer pertencente ao número dos caturras ‘inteligentes, sabedores e risonhos’), às vezes anda por lá perto. Por exemplo, quando verbera com severidade que não raro se mostra excessiva<sup>15</sup> a mínima transgressão (ou aquilo que considera como tal) e com isso

<sup>12</sup> *Três Meses de Inferno*, 2ª ed., Editorial Estampa, Lisboa, 1983, p. 33.

<sup>13</sup> Id., p. 32.

<sup>14</sup> *Palavras fora da boca*, Régua: Imprensa do Douro, 1972, p.156.

<sup>15</sup> Asinino, asneiar, asneira, asnidade, asno, baboseira, brutalidade, burrice, crime, criminoso, idiota, imbecilidade, palhaçada, parvoíce, toleima e tolice são apenas algumas palavras fortemente punitivas com que mimoseia os ofensores da língua.



desvaloriza ou mesmo desencoraja a criatividade no uso da língua. Ou quando favorece a submissão a cânones (por muito autorizados que sejam), desse modo preconizando uma visão normativa da língua que, levada cegamente à prática, a cristalizaria.

Claro que tudo isto é feito por amor da língua portuguesa, seu ‘sangue materno’. Não o ouvimos confessar que perdia a serenidade quando lha ofendiam? Digamos que é feito em nome de boas causas. E, já agora digamos também que, em elevada proporção, João de Araújo Correia tem razão nos seus protestos, desabafos e reprimendas.

**O amor imenso e intenso** pela língua portuguesa e o impulso de a defender das agressões quotidianas (sobretudo por parte dos órgãos de comunicação social) com uma intransigência que, vimos, pode roçar o excesso, levam a crer que a linguagem do povo — menos exposta, mais fechada sobre si mesma, logo menos dinâmica nas transformações que em todo o caso não deixa de sofrer — a linguagem do povo, dizíamos, merece a João de Araújo Correia um carinho especial. E merece, de facto. Ele reconhece por mais de uma vez que a matriz da língua portuguesa está, ou também está, na boca do povo iletrado, a que chama ‘mestre da língua’, no breve preâmbulo da *Enfermaria do idioma*.

Vamos por partes. Há um passo no conto “O vestido branco”, dos *Contos bárbaros*<sup>16</sup>, que, embora seja naturalmente um texto de ficção, é difícil de acreditar que não tenha algo de autobiográfico.<sup>17</sup> Diz o narrador do conto: «Preferi a rudeza da aldeia à delicadeza da cidade. Fiz-me aldeão. Meti-me no buraco onde nasci como quem pratica a proeza da sua felicidade. Optei pela solidão, menosprezando o mundo. Observei o pular das abóboras na minha horta; acompanhei de vindima a vindima os passos tardos e os passos apressados ou gloriosos da vide até o vinho. Corri atrás de enxames. Crestei colmeias. Plantei árvores. Cultivei flores. Coleccionei borboletas. Embalsamei bichos do monte.»

Podia este passo referir-se perfeitamente aos seis anos de doença, que lhe interromperam os estudos na Faculdade de Medicina e o retiveram durante esse tempo em Canelas do Douro. Obviamente, não é possível optar pela vida na aldeia sem se ficar exposto à linguagem que ali se fala. Foi o que aconteceu a João de Araújo Correia. Aprendeu a admirar a linguagem do povo, em que aliás reconhece pontos de contacto com os clássicos: «Aprecio, desde que me entendo, a linguagem popular. Tenho de memória inéditos vocábulos e modos-de-dizer ouvidos à gente inculta de todo o Portugal. Em lugares da mesma freguesia, notei variações de fonética salientes. Quando li o Fernão Lopes, há um ror de anos, descobri com alvoroço que eram irmãs a sua sintaxe e a do povo da minha aldeia natal. Duas regras escritas do punho de vizinho meu pareciam arrancadas à crónica de Pedro.»<sup>18</sup>

João Bigotte Chorão já tinha notado no escritor este diálogo entre clássicos e

<sup>16</sup> In *Contos e Novelas*, Vol. I, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2007, p. 53.

<sup>17</sup> É também essa a opinião de Cruz Malpique, op. cit., p. 36: «Suspeitamos que quem está ali biografado é o médico João de Araújo Correia.»

<sup>18</sup> João de Araújo Correia, *Sem método*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa: Editorial Estampa, 1983, p. 59.

linguagem popular: «Gosta João de Araújo Correia de reler os clássicos portugueses para refrescar a língua que aprendeu do povo.»<sup>19</sup> Temos identificados nesta síntese certa os dois grandes mananciais onde se abastece o casticismo do escritor. A língua aprendeu-a com o povo, mas precisa de a refrescar com a leitura dos clássicos.

Também Cruz Malpique assinalara que «a língua com que se exprime vem-lhe da boca do povo».<sup>20</sup>

E na própria obra de João de Araújo Correia, há numerosos testemunhos que apontam neste mesmo sentido: o povo considerado como mestre. Di-lo com todas as letras: «[...] O povo iletrado, mestre da língua [...]»<sup>21</sup>

Mas, em alguns momentos, nota-se uma espécie de reserva em relação à genuinidade da linguagem do povo. «Na província ainda há restos de língua portuguesa», diz ele, num dos aforismos do *Dispensário linguístico*.<sup>22</sup>

Este ‘ainda’ parece-nos premonitório da consciência que se vai gerando em João de Araújo Correia de que mesmo a linguagem popular, sujeita às mais nefastas influências e não obstante a sua capacidade intrínseca de resistência, se vai degradando de dia para dia e assimilando ao linguajar comum. Em coerência com esse sentimento, aconselha na crónica “Subsídios para um breviário do escritor português”, do livro *Manta de farrapos*: «Apressa-te a conversar com o aldeão antes que o derranquem simulacros de cultura».<sup>23</sup> Ou seja: a exposição do povo à cultura dominante que os media impõem e levam a toda a parte, acabará por contaminar a linguagem popular e determinar a sua morte. «Houve tempo», pondera amargamente, «em que o povo foi mestre da língua. Hoje, corrompido pelo mau locutor e pelo mau escritor, é um vaso de tolices.»<sup>24</sup>

Mais tarde, em 1969, avisa de novo, nos Ecos do país: «É preciso arrecadar, com poesia ou sem ela, os termos regionais enquanto é tempo. Mais dia, menos dia, desaparecem. Vão-se com o povo, que, de hora para hora, também se vai sumindo. No modo de falar, pelo menos, já nem sombras tem de antigo povo. Deixou-se contaminar pelos semicultos.»<sup>25</sup>

Do mesmo modo, diz, em resposta a um questionário de Cruz Malpique: «Tive a dita de lidar a tempo com gente iletrada minha conterrânea. Essa boa gente, que não conhecia uma letra do tamanho de uma casa, expressava-se melhor do que o melhor jornalista ou o melhor escritor dos nossos dias. Era sábia a seu modo. Possuía cultura oral. Tinha sintaxe infalível. Contava uma história com amenidade, simplicidade e relevo. Foi minha mestra e mestra de Camilo, criado como eu em Trás-os-Montes. Mas, vai desaparecendo. Vai substituindo a linguagem pura pelo cascalho que assimila no rádio e nas gazetas. Já diz *pequeno almoço* e chama *sopa* ao seu velho *caldo*»<sup>26</sup>

<sup>19</sup> João Bigotte Chorão, op. cit., p. 18.

<sup>20</sup> Op. cit., p. 34.

<sup>21</sup> Enfermaria do idioma, Régua : Imprensa do Douro, 1971, p. 8.

<sup>22</sup> P. 176.

<sup>23</sup> Régua: Imprensa do Douro, 1962, p. 188.

<sup>24</sup> Enfermaria do idioma, Régua: Imprensa do Douro, 1971, p. 75.

<sup>25</sup> Régua: Imprensa do Douro, 1969, p. 280.

<sup>26</sup> Palavras fora da boca, p. 155.

E também na *Lira familiar*, seu único livro de poesia, entre poemas geralmente amáveis — da estirpe dos que no séc. XIX os poetas escreviam nos álbuns das senhoras — se encontra lugar para o mesmo queixume, na primeira quadra do soneto “Língua materna”:

«Anda agora a pedir de porta em porta  
A língua que aprendi em pequenino.  
Língua que foi maravilhoso hino,  
É hoje um ramalhar de árvore morta.»<sup>27</sup>

**João de Araújo Correia** reconhecia pois uma certa legitimidade que quase diríamos ética na linguagem popular e considerava necessário e urgente ‘arrecadar os termos regionais’. A palavra ‘arrecadar’ não é escolhida ao acaso. ‘Arrecadar’ conota a ideia de que esses termos são algo de precioso: não se arrecada lixo nem ninharias; arrecadamos aquilo em que reconhecemos valor. Consciente desse valor e como homem profundamente ligado ao seu Douro natal e profundamente amante da linguagem do povo, o escritor sentiu o imperativo de não se excluir desse esforço de entesouramento a que incitava os outros. E não excluiu, de facto. Toda a sua vida foi, pode dizer-se, uma cruzada em prol do bom Português de que a linguagem popular é vaso de eleição.

De que maneira arrecadou João de Araújo Correia esse tesouro?  
De duas maneiras.

Recolheu-o, de forma que diríamos casual, não sistemática, nos seus contos e crónicas, onde surgem espontaneamente, sem forçar, quer nos diálogos, quer nos trechos de natureza narrativa, descritiva ou mesmo especulativa. São às centenas os termos populares que João de Araújo Correia recolhe desse modo — regionalismos (a palavra é antipática e redutora, mas tem reconhecido poder operativo) sobretudo lexicais, mas também fonéticos. Seria inoportuno fazer neste momento um levantamento exaustivo, pois estaríamos perante uma lista cuja leitura ultrapassaria em muito o tempo destinado a esta palestra. Mas não queremos deixar de apontar, a título de exemplo, uma mão-cheia deles no seu contexto frásico. Assim:

- Pôs a cesta no chão e *acogulou-a* de figos
- Era mulher esperta e *aguçosa* como não havia segunda
- Iam-se embora, diziam os médicos, por serem filhos de pai *alcoloso*.
- Mas não quero morrer sem *aldemenos* esta consolação.
- Diziam *ambos de dois* que lhes sabia melhor a comida.
- O alto é um homenzarrão. O baixo é um *anainho*.
- O meu *apresigo* — quantas vezes! — foi um dente de alho esfregado no pão.

<sup>27</sup> Régua: Imprensa do Douro, 1976. Soneto já publicado algures (o Autor não informa onde), sob o pseudónimo de Júlio de Amorim.

- Queria uma *argalha*, mas, não estava na minha mão conceder-lha.
- O milho conseguiu *atempar* e ir à arca.
- *Azanga-o*, murmurando *ensalmos*.
- Rapazinhos que *bebem azeite*.
- Cheiro a *bedum*, visto-me de burel e calço estes socos.
- Enchia as *belfas* de cavacas.
- Olhou então para uma pequena *burra*, onde tinha *aferrolhados* dois patacos.
- Aprendeu a distinguir macho *burreiro* de macho *eguariço*.
- *Bêbados como canastros*. Pagou a *cabrita* o Tinhó — homem de rasgo.
- No dia em que publico duas *carriolas* deles no jornal da tarde.
- Aqui está quem nunca apanhou uma *cartola*.
- Era um *chincharravelho* — nem há homem pequeno e magro com quem se compare.
- Ia ao *chinquelimpé* diante do soco materno alçado.
- Dava-os à *chucha-calada*.
- Os instrumentos de pesca, a *chumbeira*, o *embude*, a *nassa* e o *galripo*.
- A minha — ninguém o há-de *acuarditar* — fechou-me!
- Se o menino, *amanhê*, quiser ir comigo ao S. Pedro.
- *Pel'asqueles* que estão enterrados nestes sagrados templos.
- *Avaloar* os estragos do temporal desfeito.
- Amigo de saias como aquilo *não no houve nem no* tornará a haver tão cedo cá na freguesia.

Como notámos acima, todos estes exemplos correspondem a um trabalho avulso, ocasional. João de Araújo Correia vai utilizando ou registando as palavras ao sabor do momento, conforme lhe ocorrem ou convém ao que escreve. Ora são integradas nos momentos em que o povo fala ‘à sua maneira’, ora se incrustam no próprio discurso do narrador, que, atento ao ambiente linguístico que dá o tom aos seus contos e crónicas e empenhado em dar a estes pitoresco e cor local, não se coíbe de os utilizar com toda a naturalidade.

Também no *Dispensário linguístico*, já com outra ordem de intenções, entre dois puxões de orelhas aos que lhe maltratam a língua, recolhe para cima de sete dezenas de termos de cunhagem popular, inculcando-os como formas perfeitamente legítimas que na verdade são. Fá-lo neste tom:

«Queda de homem ou mulher, se forem gordos, chama-se *odrada* no Alto Douro. É natural que o malicioso vocábulo venha de odre cheio — de vinho ou azeite.»

«*Clavineira* é a mulher que *fala pelos cotovelos*. Usa-se no Alto Douro.»

«*Defecado*, no Alto Douro, tem particular sentido. Homem *defecado* é homem emagrecido, ressequido por doença ou velhice.»



João de Araújo Correia

**Mas, igualmente importantes,** são duas publicações autónomas, que representam um esforço de recolha menos aleatória e avulsa do que vimos até aqui, sem que todavia (pelo menos num dos casos) se possa falar de recolha metódica. São por assim dizer uma espécie de dois pequenos dicionários temáticos, diferentemente estruturados.

O primeiro desses trabalhos é a *Linguagem médica popular usada no Alto Douro*, de 1936.<sup>28</sup> Saiu mais tarde este ‘estudinho’, como o próprio escritor lhe chama, no *Boletim dos Hospitais* da Santa Casa da Misericórdia do Porto,<sup>29</sup> e depois autonomamente, como separata do mesmo boletim.

Nele, João de Araújo Correia colige os termos que lhe foi possível recolher na área linguística que lhe estava mais próxima, pela própria profissão de médico: a da saúde. Avisa que os termos coligidos podem não ser exclusivos do Alto Douro, mas são usados no Alto Douro, pondo assim o dedo na ferida de um dos principais problemas que se levantam a quem se dedica à recolha da linguagem popular: o fenómeno da osmose linguística inter-regional e, conseqüentemente, a questionação da genuinidade.

<sup>28</sup> Régua : Imprensa do Douro.

<sup>29</sup> 2.<sup>a</sup> Série, Vol. I, n.º 5, Dezembro de 1975.

É uma lista alfabeticamente ordenada de quase centena e meia de termos e expressões com que o povo alto-duriense verbaliza tanto a doença (‘abafação’, ‘cambras’, ‘cadoixo’, ‘reladoiro’) como a anatomia (‘boca do corpo’, ‘carpelas’, ‘colada’, ‘jogadoiro’). É um inventário simples de palavras com as respectivas significações, contrariamente ao que o Autor chegou a propor-se fazer, no intróito: «Creio que darei a lume vocábulos inéditos e que poderei até fazer considerações originais [sublinhado nosso], não só em volta deles, mas também em roda de vocábulos correntes em livros de Camilo, Fialho, Junqueiro e Aquilino.» Ficou infelizmente por cumprir esta promessa, com esta justificação no final: «Discorrer ser-me-ia fácil, mas perigoso. Arriscar-me-ia a desperdiçar tolices.» Mas foi pena. De que excelentes considerações, de que magníficos nacos de prosa João de Araújo Correia não nos terá privado dessa forma!

**O segundo trabalho** é a *Linguagem da minha terra* – Analogias com o Castelhanos e o Galego. Também este saiu autonomamente, como separata da Revista *O Médico*.<sup>30</sup>

É conhecida a simpatia de João de Araújo Correia pela Espanha e em especial pelos galegos, que, como se sabe, foram grandes cabouqueiros da paisagem — e da economia — duriense. De os ouvir linguajar desde a infância, nasceu-lhe a curiosidade pelo Galego, que juntou à curiosidade natural pelo Castelhanos. E, ao observar uma e outra língua, cotejando-as ao mesmo tempo com o Português, nasceu-lhe a ideia de anotar, de forma não sistemática e até sem ordenação alfabética, as ‘analogias’ entre as três línguas. Usa aqui João de Araújo Correia um registo que lhe é muito caro, misto de crónica e de nota filológica. Vai publicando esses textos, desde 1982, nas páginas do Arrais, de onde, pela mão do seu colega José Maria Rodrigues de Carvalho, saltam para a Revista *O Médico*.

Usa de novo um pseudónimo. Desta vez, é Correia da Fonte — ‘Correia’, do seu próprio apelido, e ‘da Fonte’, em alusão à que existia junto da sua casa em Canelas do Douro, justamente conhecida por Casa da Fonte.<sup>31</sup> E, a propósito, note-se como João de Araújo Correia, nas suas intervenções filológicas, usa sempre pseudónimos, como se quisesse separar bem as águas: dum lado o escritor, doutro o filólogo. Levando as coisas um pouco mais além, caberia mesmo perguntar até que ponto não poderíamos falar de heterónimos, já que Cristiano de Carvalho, Dr. Manuel e Correia da Fonte mostram cada qual uma identidade própria.

São 49 verbetes (à falta de melhor palavra), mais um preâmbulo. Alguns títulos: “Recluta e Gorbata”, “Desabrochar”, “Volcar e tibar”, “Escaleira e Escaleiras”, “Equivocar-se e Encorporar-se”, “Vencelho, mui e pórcio”.

Neste registo para-literário é que João de Araújo Correia está à vontade — mais

<sup>30</sup> Porto, 1986.

<sup>31</sup> A essa fonte se refere saudosamente, na *Lira Familiar*, p. 11: «[...] Tinha ao pé uma fonte / Que a refrescava em dias de calor.»

do que no papel de simples colector. Ele permite-lhe espraiair-se em considerações, ao sabor do momento ou da memória, que lhe dão tanto prazer como a nós, leitores. Discorre amena, quase brincadamente, com a calma sabedoria que os anos trazem. Estamos longe dos irados assomos professorais do *Dispensário linguístico*.

Compreende-se que este tom distendido não jogue bem com as exigências do método. Por isso, João de Araújo Correia avisa logo no intróito: «Não serei metódico. Irei dando ao rol as analogias, consoante me forem ocorrendo.» Esta *Linguagem da minha terra* não é uma recolha seca como a *Linguagem médica popular*, é antes uma sucessão de evocações amenas e suculentas. Lê-se mais como um feixe de crónicas frescas como o orvalho da manhã do que como uma lição de Português. Mas acaba por ser as duas coisas: literatura estreme e tributo à Língua Portuguesa por interposta linguagem popular.

# Literatura Transmontana e Alto-Duriense: uma região sem paredes

*Ernesto Rodrigues*

Três condições se requerem na definição de cultura, segundo T. S. Eliot: uma «estrutura orgânica» assente em classes sociais e transmissão hereditária; a especificidade geográfica, ou «regionalismo», desembocando em «culturais locais»<sup>1</sup>; a religião, com seus cultos e devoções.

A Segunda Grande Guerra findara há três anos, também vencida por um Leste que se propunha abolir as classes sociais. No rectângulo transmontano, contudo, seria ocioso confrontar classe e elite, quando grupos sociais mal se destacavam – apesar dos *grandes lavradores* — e, pelo contrário, os antropólogos se deliciavam com manchas significativas de comunitarismo agro-pastoril. Considerada a prioridade e riqueza deste, sucede — condição de base — «O primeiro canal de transmissão de cultura» (p. 43), e mais em terras onde a escola continua precária: esse canal é a *família*, conceito que salta facilmente as paredes de um lar para formas colectivas. Assim se explicam estudos continuados sobre o nosso romanceiro, ímpar no contexto nacional; sobre a oratura em prosa, retrabalhada na ficção de A. M. Pires Cabral, ou recolhida por Alexandre Parafita, além e aqui, bem secundados; sem esquecer o disperso cancionero de redondilha maior, do mogadorense António Nogueira Afonso ao mirandês António Maria Mourinho, balanço que há-de nascer confrontadas as quinhentas densas páginas do *Cancioneiro Popular Transmontano e Alto-Duriense*, de Guilherme Felgueiras<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> T. S. Eliot, *Notas para a Definição e Cultura* [*Notes Towards the Definition of Culture*, 1948], Rio de Janeiro, Zahar Editôres, 1965, p. 16.

<sup>2</sup> Lisboa, Edição da Revista *Ocidente*, 1966.



Sirva-nos o índice geral deste para entendermos, numa Europa que se pretende de regiões, esta nossa pequena parcela. O seu quotidiano é de *relação*: com a múltipla natureza, os mundos animal e vegetal, entre galanteios e requebros, arrufos, chacota, «penas de amor», relação que fundamos em três núcleos essenciais patentes na literatura que vamos fazendo: vida social e moral, incluindo-se, aqui, os costumes; vida material; linguagem (vocábulo preferível a *linguajar*).

Na vida social e moral, convergem bodas, baptizados, ritos fúnebres, demandas, entre outros eventos; com datas fixas, há cerimónias religiosas, festas, Entrudo, o Galo do professor; constantes, não raro conjugando-se, são, por exemplo, a má-língua e o serão. Este associa transmissão em família e região. Estamos naquilo a que se chama cultura intersubjectiva.

Esta sabe acrescentar-se uma componente instrumental, um saber-fazer, na passagem à vida material: além da cultura da terra (aqui está o sentido literal de *cultura*, *agros colere*) e suas técnicas, além de ofícios ou indústrias caseiras, somem-se adornos e trajes, alimentação, iluminação, etc. De tudo isto dá conta, miudamente, a leva de etnólogos e antropólogos, historiadores (também das mentalidades) e sociólogos. O *estado* de conservação seduz, para lá de paredes que recebem sempre bem. Não menos actua a literatura, alargando essas potencialidades. Estas residem na linguagem, repositório do que acabei de enumerar. Cá voltaremos.

O que, no tocante às línguas – entidade donde manam linguagens –, tem a região de diversidade imbatível, tem de unidade em matéria de religião. Responde, assim, ao voto final de Eliot, pois, «sem uma fé comum, todos os esforços para unir mais as nações, em cultura, não poderão produzir mais do que uma ilusão de unidade» (p. 82). Bem ou mal, a religião é força incontroversa e, no caso concreto, o cristianismo vazou-se em católico apostólico romano, jamais imune ao paganismo de rituais festejados até pelos mais crentes, a par de credices e bruxedos, de medicina popular combatida pela Igreja e Universidade desde o século XIII, de pactos com o Diabo e tentações da carne que arrepiam serafins. Veja-se como o *cónego* Ochoa, que dá título (2007) a Pires Cabral, desonra Gervásia, a filha do feitor Querubim. Aproveito a personagem Herculano, para mostrar como, no jacobino do lugar, se reforça a palavra da rua, a atmosfera de merenda à lareira, e, por breves histórias interpoladas, se oferece um quadro aldeão disputado entre igreja e taberna. Citei quatro lugares de eleição — taberna, igreja, rua, lareira — em que a igreja não tem primazia.

É extraordinário, porém, ver reunidas família, região e religião na figura do padre-escriptor, de que foi modelo o Abade de Baçal. Muito do que sabemos de nós é devido a esses padres, misto de arqueólogos e cientistas sociais. Variante destes, e uma especialidade transmontana desde finais do século XV, são os missionários: aqui, desde o século XVIII, não há vila portuguesa que dispute o lugar a Freixo de Espada à Cinta, em braços, almas e orientes. O maior e mais quantioso do século XX, o Padre Manuel Teixeira, bibliografou 41, dando, em apêndice a *Missionários de Freixo de Espada à Cinta* (1993), lista de outros 54, quase todos com obra literária teológica e historiográfica, já menos ficcional e lírica, e, não raro, bilingue, português-mandarim.

Assentes os pés (descalços?) neste chão ao qual muitos voltaram, e vencidas as fronteiras do mar, voaram até esferas que causam espanto: a sinologia tem dedos e glote transmontanos. De Cerva (Ribeira de Pena) foi também para Macau Joaquim Afonso Gonçalves (1781-1841) e desta linhagem de sinólogos é o meu primo segundo Padre Benjamim Videira Pires (Torre de Dona Chama, 1916-1999). Mas também o Japão tem modernos expoentes no embaixador Armando Martins Janeira e no padre Jaime Coelho, cujo título mais badalado é o *Dicionário Japonês-Português* (1998). Entre outros orientalistas, cite-se Francisco Maria Esteves Pereira.

O reverso desta história de religião dá-se com a Inquisição: o intelectual expatriar-se à força e queda pela Europa. No século XX, à perseguição política, junta-se o refúgio no Brasil.

Os núcleos judaizantes do Nordeste sofrem razia: veja-se o vol. V das *Memórias...* baçalianas. Isaac Oróbio de Castro (c. 1620-1687) filosofa contra Spinoza; o médico Jacob de Castro Sarmiento (1691-1762) é uma espécie de estrangeirado a partir de Londres, divulgando entre nós Newton e a ciência do tempo. Não nos ficou somente a alheira...

Do entretanto dito, emerge uma constante, mais afirmada nas periferias: o expatriamento, antes de ser emigração; em menor escala, o exílio.

Nem missionários, nem judeus – e deixo de remissa parte do século XX no Ultramar português —, saíram outros Diogos Cães, Magalhães, Cabrilhos, Alves da Cunha e Alves Roçadas do pensamento: singularizo os humanistas de Quinhentos, e quantos se dirigiram, sobretudo, à Universidade de Salamanca, no professor e poeta neolatino Inácio de Moraes (1507?-1580); elevo mais alto o andante Francisco de Moraes, em Europas afins, mas diversa prosa. Só o apelido coincide.

...Mas não é um acaso este apelido, que resolve o lugar de nascimento, em Moraes (Macedo de Cavaleiros), quando gente conspícua o lança «nos arredores de Lisboa»<sup>3</sup>. O seu *Palmeirim de Inglaterra* (c. 1544) funda parte da literatura universal. Herói justo, equânime — «Quién más discreto que Palmerín de Inglaterra?», lê-se no *Don Quijote de la Mancha* (1615, cap. I), que tanto o celebra na primeira parte (1605) —, não bebeu ele bebeu num húmus de coisas fantásticas, mouraria, sensualidade e aventura no apelo constante à deslocação geográfica? Com biografia ainda não definida, ele conta, porém, que, na sexta-feira de Endoenças de 1521, um ferreiro de Bragança leu, numa igreja, *A Celestina*...<sup>4</sup> Ora, se a Igreja condenava livros de cavalarias, mais condenava o realismo de Rojas. Terras insólitas...

Onde buscar, entretanto, o peso ou sentido de região à luz do estrato cultural que é a literatura, cujo universo referencial fugidamente descrevi? Disse acima: na linguagem.

<sup>3</sup> Assim Massaud Moisés, no *Dicionário de Literatura*, dir. de Jacinto do Prado Coelho, Porto, Figueirinhas, 1979, p. 665.

<sup>4</sup> Cf. Ricardo Jorge, *A Intercultura de Portugal e Espanha no Passado e no Futuro*, Porto, 1921, p. 14.

Ao contrário do resto nacional, temos duas línguas oficiais, português e mirandês — se descontarmos a gestual —, e, registados, quando não pronunciados, os falares (já foram dialectos e subfalares) barrosão, sendinês (agora, subsumido no mirandês central), quadramilês e rionorês. Saúdo, na oportunidade, um esboço do que precipitadamente se intitulou *Dicionário do Falar de Trás-os-Montes e Alto Douro*<sup>5</sup>, projecto que requer uma equipa de autóctones informados, no qual Vítor Fernando Barros misturou à lista o mirandês, excluindo aqueles falares, excepto o barrosão. Ora, misturar fala e escrita denega o título. E, se a escrita importava, como deve ser, impõe-se conhecer um largo *corpus* para abonações consequentes, sem redução da geografia. O perigo é reduzir a localismos termos comuns a vários sítios, quando não de provincianismos contíguos ou da língua padrão. Bibliografia envergonhada entremostra um título de Junqueiro, dois de Francisco Manuel Alves e Torga; escamoteia narrativas de quem devera constar, para lá dos antes e à frente citados: José Aguilar, Guedes de Amorim, António Cabral, Manuel Cardoso, Monteiro Cardoso, Eduardo Carvalho, Marcolino Cepeda, Fernando Chiotte, A. Passos Coelho, Henrique Trindade Coelho, Camilo de Araújo Correia, Telmo Ferraz, Amadeu Ferreira, aviador, Otilio Figueiredo, Fernão de Magalhães Gonçalves, Alberto Lopes, Montalvão Machado, Augusto José Monteiro, Graça Pina de Morais, o também dramaturgo Abel Neves, Virgílio do Vale, entre muitos; rasura poetas como Cabral Adão, António Maria Afonso, o ainda ‘folhetinista’ José Carlos Barros, José Castro Branco, Rui Pires Cabral, Edgar Carneiro, Eduarda Chiote, Afonso de Castro, Paulo Jorge Fidalgo, Alberto Miranda, Raul Morais, Carlos Pires, Vítor Nogueira, etc. É de quem não conhece a realidade editorial.

Nem falece o risível. Assim Daniel Rodriguez [sic], Daniel José Rodrigues, com mais do que um trabalho mal bibliografado, que responde à supradita riqueza dialectal impressa, no caso, sobre o riodonorense, como ele preferia dizer. Em 1909, na revista coimbrã *O Instituto*, reuniu breves contos exemplares acompanhados de texto em vulgar, que exemplifico:

Un día un arrieiro cuntou q’habia curriu as cinco partes d’al mundo, e que entre outras cousas, habia bisto una en que ningun habia falado.

Iera un pie de berzas tan alto que cincoenta cavalleiros puestos a dreito uns dos outros podiam andar da cabalo debaixo d’ua d’estas fôias. Un dos que uíran, num s’acordando d’ua d’estas cousas, dixo cun o maior descanso: q’el tamien habia viaxau, e que chegando al Xapon, habia bisto cun grande admiracion mas de três cientos de caldeireiros a trabaiair n’um grande caldeiron, drento d’al qual staban mas de cien persós a limpal’o. Mas que querien ellos fazer cun aquelle grande caldeiron?, precuroo al principio. Era para cozer al ton pie de berza.

### Versão

Um dia um arrieiro contou que tinha corrido as cinco partes do mundo e que, entre outras

<sup>5</sup> Lisboa, Âncora Editora / Edições Colibri, 2006. Melhor, ainda assim, que o *Dicionário de Transmontanismos*, de Adamir Dias e Manuela Tender, Chaves, Associação Rotary Clube de Chaves, 2005.

coisas, tinha visto uma na qual ninguém tinha falado.

Era um pé de couve tão alto que cinquenta cavaleiros formados podiam cavalgar debaixo duma das folhas.

Um dos ouvintes, não se lembrando de tal coisa, disse com a maior placidez que também tinha viajado e que, chegando ao Japão, tinha visto, com grande admiração, mais de trezentos caldeireiros, a trabalhar num grande caldeirão, dentro do qual estavam mais de cem pessoas a limpá-lo. Mas que queriam eles fazer com aquele grande caldeirão?, perguntou o primeiro. Era para cozer a tua couve<sup>6</sup>.

Quanto ao mirandês, é mais de um século de pequenos passos, desde José Leite de Vasconcelos, a partir de 1882, à fresca tradução d’*Os Lusíadas*, por Francisco Niebro, também poeta e contista, que esconde o fiscalista Amadeu Ferreira, cronista-mor da causa. Faz-se, já, inclusive, tradução do mirandês para português<sup>7</sup>. Quer-se mais diversidade linguística?

E, no entanto, da gramática ao consultório linguístico na Imprensa escrita, da rádio à televisão, foi gente nossa a pautar a língua nacional: lembrem-se Amaro de Reboredo e Madureira Feijó; o poeta e dicionarista Augusto Moreno; Raul Machado e Edite Estrela.

Ora, é face à regra e sua reversão, à pronúncia oblíqua e seu registo, ao novidoso vocábulo, servindo um olhar de alturas e abismos a verter, que esteticamente se perfila e transmite um conjunto particular de imagens em que nos solidarizamos, seja neste chão ou nas comunidades deslocadas. O nosso mundo é «em qualquer Brasil», disse Torga, em conferência de 1948 sobre “Teixeira de Pascoaes”:

Nascemos aqui, mas nascemos desterrados, reais ou potenciais, e sempre com parte do sangue no exílio. Todos temos um irmão, um filho, um primo ou a família inteira em qualquer Brasil<sup>8</sup>.

Nesta conferência, “Trás-os-Montes no Brasil”, lida no Centro Transmontano de São Paulo e no do Rio, em 14 e 16-VIII-1954 — onde nasce o célebre «O universal é o local sem paredes», que inspirou o meu título —, não é pequeno paradoxo afirmar que a «realidade sem muros»<sup>9</sup>, que eu traduzo em *região da literatura*, paralela a «qualquer Brasil», era a região com mais muros e muretes: Trás-os-Montes, naturalmente...

Este minifúndio da sobrevivência levou-me a pensar, um dia, na adequação do conto ao génio local. Esguelhado de Lisboa, tira-se cânone de Trindade Coelho,

<sup>6</sup> Daniel José Rodrigues, *O Riodonorense: Lendas. Folclore*, Bragança, Edição da Junta Distrita, 1973, p. 16-17.

<sup>7</sup> É o caso de José Francisco João Fernandes, *La Mona l Maio. Contas de la Raia i de l Praino / A Mona de Maio. Contos da Raia e do Planalto*, tradução de Alcides Meirinhos, Lisboa, Âncora Editora, 2010.

<sup>8</sup> *Fogo Preso*, 1976; em *Ensaios e Discursos*, p. 203. Aquele título recolhe «páginas de circunstância» (p. 181), isto é, artigos de Imprensa de cariz político desde 1945, ou suprimidos pela Censura, mensagens aos eleitores e alocações em sede partidária e socialista de 1949, 1951, 1974-1976, além da comunicação “Eça de Queirós e Coimbra” e sobre Pascoaes.

<sup>9</sup> *Ensaios e Discursos*, p. 126.

Torga, João de Araújo Correia; mas cumpre alinhar Bento da Cruz, Pires Cabral, algum Domingos Monteiro, Modesto Navarro, Nuno Nozelos... Não só: há os que, saindo, não esquecem; há os que, entrados, cá ficam; há os que, de passagem, enaltecem, ou firmam obra sobre estes campos e águas. Nesta terceira alínea, vimos de Fernão Lopes a António Rebordão Navarro, passando Agustina, Abel Botelho, Ferreira de Castro, Sant'Anna Dionísio, Vergílio Ferreira, Antero de Figueiredo, António Nobre, Pascoaes, Eça, Ramalho Ortigão, Artur Portela, Alves Redol, Abel Salazar, Jorge de Sena, Rebelo da Silva...<sup>10</sup> São adoptados, ilustres ficantes ou de ida e volta um Rentes de Carvalho e um Herculano Pombo, cujo *Crescem Pães Pelos Outeiros* (1994) releva de um ciceroneio aldeão entre pórtico de igreja e solar, e nos mostra junta puxando arado, estrume à espera de ganchas, sementeira, geadas, adubos, ferranha para as crias, segada, malhada, acarreja sempre difícil por causa do restolho em pé leve, eiras, medas e palheiros, saco de grão, moinho, forno, cantigas e dizeres, malandrices, pitas, recos... Na primeira fila, estão quantos, como um estranho Álvaro do Carvalhal (1844-1868) fazendo correr sangue e melodrama, Manuel Duarte d'Almeida, João de Lemos ou Luísa Dacosta estreando-se com as «almas mortas» transmontanas de *Província* (1955), não cortaram liames e se mostram agradecidos:

Tive uma infância feliz, não rica, mas feliz, sem infantário. Andei de burro, apanhei rãs nos rios, subi descalça às árvores, fiz magustos, fiz roupinhas e cozinhei para as bonecas em fogões pequeninos, mas autênticos, fiz enterros de passarinhos, todas essas coisa e que eu acho que são importantes para crescer<sup>11</sup>.

Esta ausência da 'pequena pátria' tem, agora, razões diplomáticas (Junqueiro, Monsenhor José de Castro, Martins Janeira); excepcionalmente, ideológicas (João Sarmento Pimentel); eminentemente, económicas ou laborais e educativas. O jornalismo obrigou à saída de Luís Botelho, Adriano de Sá, João Barreira, Joaquim Leitão, Justino de Montalvão, Afonso de Castro, [Alberto Mário de] Sousa Costa, Gastão de Sousa Dias, Manuel Múrias, Norberto Lopes, Raul Rêgo, Nuno Teixeira Neves, Afonso Praça, Rogério Rodrigues, todos com mão na crónica, em alguma ficção e mesmo verso. Eduardo Guerra Carneiro e Francisco José Viegas respondem, qualitativamente, por todos.

Professores e ensaístas, em remissões constantes da terra-mãe na obra e actividade pública, foram Emídio Garcia, Manuel António Ferreira Deusdado, Maximino Correia, Santa Rita Xisto (primo de Camilo Pessanha, cuja família era de Mirandela), o simultaneamente encenador e tradutor Paulo Quintela<sup>12</sup>, A. A. Gonçalves Rodrigues (fundador do ISLA, e cujos 5 volumes-balanço de *A Tradução em Portugal* desde 1495 [Lisboa, 1992 ss] constituem um marco), Barahona Fernandes, Júlio Fragata,

<sup>10</sup> Ver *Passeio de Trás-os-Muros. Antologia*, org. de Elísio Amaral Neves, Grémio Literário Vila-Realense / C. M. de Vila Real, 2007.

<sup>11</sup> "Luísa Dacosta depõe [...]", *Jornal de Notícias* (Porto), 24-II-1981.

<sup>12</sup> Homenagem e bibliografia em *Biblos*, LI, Coimbra, 1975.

Manuel dos Santos Alves, Francisco Videira Pires, Francisco Felgueiras Júnior, Adriano Moreira, Alfredo Margarido, António Borges Coelho, António Cirurgião, Telmo Verdelho, correspondidos por Ana Maria Afonso, Altino Cardoso, Neto Jacob, Luís Alexandre Rodrigues, Pinelo Tiza... Na ordem de tarefas ciclópicas, empreendidas por alguns dos citados, releve-se Hironidino da Paixão Fernandes, cuja *Bibliografia do Distrito de Bragança* ultrapassa seis mil páginas. Transcende, assim, para o distrito, as 800 páginas do vol. VII, dedicado aos “Notáveis”, das *Memórias...* do Abade de Baçal, bem como os mais ilustres dicionarizados em Barroso da Fonte. Em Vila Real. História ao Café (2008), desencantamos outros, mortos e vivos, alguns destes ouvindo-me, por certo. É melhor cumprimentá-los que citá-los.

Preenche os três itens — melhor fora dizer, os quatro, ou seja: os que são e estão, os que são e não estão, os que passam, os que ficam —, e salva-se transmontano, como declaram Manuel de Laranjeira e Pascoaes<sup>13</sup>, por aqui se ter feito homem, construído autor, entre os dez e os 22 anos, e imposto novelista de atmosfera vila-realense logo na estreia, com Anátoma (1851), preenche esses quadros o senhor Camilo Castelo Branco. No seu agitar da língua clássica, há larga composição do idiolecto provincial. Com ele, nasce a virtude de um *outro* português.

Entrados, com a escola folclórica e o tomo I d’As Farpas ramalhianas (1887), em regime neo-garrettiano de atenção ao local, às suas belezas naturais e potencialidades<sup>14</sup> — com efeitos na prosa de Trindade Coelho, já investigando o mirandês, a tradição oral e antropológica com a escola que vai até Jorge Dias e Luís Chaves, passando por Albino Pereira Lopo, Adrião Amado, António Maria Mourinho (incluindo o Júnior), Santos Júnior, Ernesto Augusto Sales, Firmino Martins, João Vilares, João Parente, António Lourenço Fontes, Belarmino Afonso, Joaquim Manuel Rebelo e outros, com extensão além-fronteiras via Sociedade de Geografia fundada pelo também e ensaísta Luciano Cordeiro —, logo sucederam, no dealbar de Novecentos, Campos Monteiro, Pina de Moraes, Vila Moura<sup>15</sup>. Na poesia, Fausto Guedes Teixeira, Fausto José, Hamilton de Araújo, um saudosismo pascoaesiano no malogrado Carlos Cochofel (1900-1920)<sup>16</sup> ou em Aires Torres, ténue presencismo em João Campos, um surpreendente Vasco Reis (d’A Romaria, que, em 1934, derrotou a Mensagem pessoana; chamava-se Reis Ventura), até aos editados na Coleção Setentrião. Todos procuravam, no desenho e

<sup>13</sup> Cf. A. M. Pires Cabral, Albano Costa Lobo, *Vila Real. Um Olhar Muito de Dentro*, C. M. de Vila Real, 2001, p. 31.

<sup>14</sup> Multiplicam-se, por isso, colectâneas, e não só o Douro é celebrado; destaco *O Corgo. Antologia e A Caça na Literatura Trasmontana. Antologia Breve*, organizadas por A. M. Pires Cabral, C. M. de Vila Real, 2007 e 2006, respectivamente.,

<sup>15</sup> Ver Óscar Lopes, “Regionalismo transmontano e duriense: Campos Monteiro, Pina de Moraes, Vila Moura”, *Entre Fialho e Nemésio*, I, Lisboa, INCM, 1987, p. 415-420; ainda, p. 435-440.

<sup>16</sup> Fiz “Apresentação de Carlos Cochofel” em *Verso e Prosa de Novecentos*, Lisboa, Instituto Piaget, 2000, p. 19-33. Debruço-me sobre autores da região aqui e em *Pátria Breve*, Lisboa, Textype, 2001; *Dicionário de Literatura*, dir. de Jacinto do Prado Coelho, *Atualização*, 3 vols., Porto, Figueirinhas, 2002-2003; *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, vols. 4, 5, 6, Lisboa, Publicações Europa-América, 1998, 2000, 2001 (verbetes não assinados).



desejo de Eliot, «desenvolver uma cultura contemporânea de raízes antigas»<sup>17</sup>, como, julgo, nos cumpre. Ser, como anónimo flaviense de 1489, o primeiro impressor em língua portuguesa;<sup>18</sup> ter a importância, na teorização de Seiscentos, de Filipe Nunes; a presença, em Setecentos, do editor Francisco Luiz Ameno; o gesto aristocrático do Morgado de Mateus, ao entregar a Didot (Paris, 1827) a luxuosa impressão d’*Os Lusíadas*; alcançar a alma luso-atlântica do editor Álvaro Pinto. Não são bons lamirés?

Os nossos políticos mais em vista — José Maria de Alpoim e Teixeira de Sousa, último primeiro-ministro da Monarquia, ambos aquém da nobreza de espírito que unge António Cândido, Alves da Veiga, António Granjo, Miller Guerra, Águedo de Oliveira, quicá, algum outro ministro de Salazar — tinham falhado, contradizendo regra de apoio e respeito mútuos que norteia transmontanos fora de portas, mau grado diferenças ideológicas, porque todos comungam de origem sem diferença de classe marcada. Já se formara o Clube Transmontano (1905), hoje, Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro, a mais antiga associação regionalista de Lisboa, com ramificações dentro e fora do país. Mas o impulso tem de vir dos directamente interessados. Daí, o 1.º Congresso Trasmontano de 1920, ideado desde 1916<sup>19</sup>. Seguiram-se, com parcos resultados, os de 1941 e 2002, fosse na reflexão agro-industrial, cultural e, menos ainda, literária. Esta, contudo, faz-se escrevendo. Veste linguagem que se não confunde com alheias. Que perspectivas se nos apresentam?

Antes de mais, devemos ter consciência de uma condição geográfica, histórica e social, de dominante fronteira, entre o Douro, Marão, Galiza e Leão. Desde José António de Sá (1783) a Fernando de Sousa, Gaspar Martins, António Barreto e Paulo Jorge Reis Mourão, não poucos historiam ou perspectivam um desenvolvimento. A secular influência espanhola não pesa menos do que a conseguida auto-suficiência, *mediocritas* só por milagre *aurea*, que a religião e saudosas partidas além dessas fronteiras melhoraram. O perigo, hoje, na parcial equidade que o mundo vive ao aceder aos mais avançados meios de comunicação, está na conservação de memória diferenciadora, sobre cujas raízes nos façamos contemporâneos. Associando às ciências sociais e da natureza historiadores da cultura e da literatura, fixamos balizas num chão, todavia, sempre móvel: é esse um encargo do ensino superior, conjugado com empresas e serviços públicos, com estruturas qual o Grémio Literário Vila-Realense ou a nascente Academia de Letras de Trás-os-Montes em Bragança. Estão a sair dicionários de autores, mas não de obras: as listas pouco ajudam, sem a narrativa de actos heróicos e quotidianos, de uma resistência perene. Após tanta monografia,

<sup>17</sup> T. S. Eliot, cit., p. 54.

<sup>18</sup> Sobre esse *Tratado de Confissom*, ver José V. de Pina Martins, “O primeiro livro impresso em língua portuguesa (Chaves, 8 de Agosto de 1489)”, *Cultura Portuguesa*, Lisboa, Editorial Verbo, 1974, p. 43-63.

<sup>19</sup> Síntese em artigo de Elísio Amaral Neves, que organiza, com A. M. Pires Cabral, *Vila Real. História ao Café*, Grémio Literário Vila-Realense / C. M. de Vila Real, 2008, p. 100-102.

justificava-se uma história da região, e, no caso vertente, uma biografia antológica da sua literatura. Antologias parciais há muitas, e, em cada nova geração, seria preciso atualizar as de Amândio César e Carlos Loures.

Essa *biografia* da nossa literatura seria útil a autores e aprendizes. A variedade linguística é mais-valia inquestionável. Englobaria a chamada cultura imaterial, cuja riqueza ninguém nos disputa, e vai ecoando nas Sorbonnes da investigação. O teatro popular funcionaria qual montra de agitação. Sugerir uma ruptura em meados do século XIX, com Camilo, significando que, para trás, à mera diacronia e nomeações, nos devíamos interrogar sobre o que os autóctones ganharam lá fora, ou receberam de visitantes e administradores como Lopo de Sousa, Diogo de Teive, Frei Bartolomeu dos Mártires, Frei Luís de Sousa, Manuel Severim de Faria, Conde da Ericeira, Rodrigues Sampaio, etc., ou o que, fora e dentro, transmitiram de singular. Isto é *literatura sem fronteiras*.

Não só. Após Camilo, Junqueiro e Trindade Coelho, outros mundos se abriram: para lá da República e das preocupações no âmbito do ensino, que os dois últimos protagonizaram, a república das letras transmontanas, editorialmente falando, não tem, hoje, que se lamentar. Venceram-se barreiras.

Sobram as paredes da Europa, nosso primeiro mundo, e rampa de lançamento. Faremos uma literatura nacional: de acordo; e uma literatura local capaz de se internacionalizar. Dois exemplos. *A Queda Dum Anjo*, levando Calisto Elói de Caçarelhos à peçonha moral, contrasta dois Portugais, pelo que também é do foro transmontano. Se traduzida em Itália, como deseja Giorgio de Marchis, não só se prova a traductibilidade camiliana, como a delícia de leitores acaso saturados com a política moralizadora da Liga do Norte que apoia Berlusconi. Não saíamos de Itália, onde se paramentou recentemente *O Cónego*, de Pires Cabral: que país mais receptivo (com a Polónia) às angústias de um tonsurado?

Quando falo em comprometer o ensino superior, tenho outra razão escondida: a itinerância, à boa maneira medieval, dos estudantes, fã-os os melhores portadores de uma literatura em vulgar, que os pode animar à tradução. Melhora-se, assim, o precário contacto havido nas suas escolas de origem. Jogando com a emigração e com o turismo, triplicamos as hipóteses de divulgação.

Deixo-me, enfim, de propostas e sociologias (quão bem conheço cemitérios de ilustres esquecidos!), para animar à escrita. Qual prato saboroso, sabe-me bem dizer: «Um fardeleiro apatanou tudo p'ra armar uma boiz.» A futura biografia antológica, acompanhada de glossário, registará três palavras que deveriam constar do supracitado *Dicionário do Falar...* ou, mesmo, do *Dicionário de Língua Portuguesa*, de Houaiss (que desconhece 'fardeleiro' e, em vez de 'apatanar, propõe 'apatanhar'). Em curta frase, dei um retrato, um comportamento, uma actividade – que, hoje, pode irritar os defensores das aves e animais. O derradeiro termo, 'boiz', faz um arco de quase seiscentos anos (com abonação, já, em 1456) para caracterizar os setembros da região. É saudável, dizem, levantar cedo e passear pelos campos; era um desafio, um desporto, um porquê económico. Cada palavra é um mundo, e tantos que explodem



na proverbialização que nos contamina e dirige o discurso da vida: «Quem não poupa água e lenha, não poupa coisa que tenha.» Dentro desta filosofia prática, os tipos à escolha são inúmeros. É uma herança imperdível.

Mas da escrita somos nós responsáveis; do seu destino, não, pois é ilusório acreditar que, seguindo regras, vencemos fronteiras. Qual o interesse de chegar ao fracasso de reputados autores traduzidos para nada?

Procurei associar a mundividência social à região e à religião. Decorreram daqui: expatriamento, no apelo da fé, no fanatismo, bem como emigração interna e externa: esta, nas partes ultramarinas, africanas e europeias; aquela, pelo país, favorecendo, maioritariamente, o ensino e o jornalismo. É este chão *locus* sedutor para escritores e estudiosos vários, de passagem ou adoptados. Mas continua-se a cavar, por nacionais e estrangeiros, um chão cada vez mais seco e vazio de gente. Urge que, enquanto os políticos pensam soluções, os investigadores próximos ergam uma história, arrisquem um cânone (sempre tão móvel), dialoguem regularmente com autores, tudo discutido em quadros que sabemos não menos imprecisos.

Encerro na convicção de que a literatura é um céu tão vasto, que nenhum muro ou parede o divide, embora nos possamos sempre encostar: seja a região amparo, não limite. Limite pretende-se qualquer definição — mas, por mais sistemáticos que sejamos, há-de escapar-nos a *definição* de literatura transmontana e alto-duriense. É a literatura montanha sem tecto — como «grandes serras paradas», segundo a “Bucólica” de Torga, «à espera de movimento» —, à espera que lhe toquemos com a ponta do dedo e da emoção.

# Um diálogo entre a Poesia de A. M. Pires Cabral e a Ecocrítica

*Isabel Maria Fernandes Alves*

No recentemente reeditado *Portugal: o Sabor da Terra*, de José Mattoso, e no capítulo dedicado à paisagem, às gentes e à história de Trás-os-Montes, sugere-se que esta região de Portugal se caracteriza essencialmente pela dureza do solo, pelo rigor do clima e pela altura das suas montanhas. Estas em particular resumem todo o potencial da região: são facto símbolo. Reservatório da natureza por um lado, as montanhas são também um símbolo de tudo aquilo que continua inalterável apesar das mutações trazidas pelo tempo e pela acção do homem. Por isso, e como sublinha Mattoso, por enquanto a região de Trás-os-Montes permanece “ainda como harmonização da ‘cultura’ com a ‘natureza’ e uma afirmação da prevalência do permanente sobre o transitório. Talvez este apelo e esta afirmação só sejam sentidos por poucos. Mas aqueles que o sentirem ainda podem ir procurar aí os lugares em que se pode alimentar a permanente renovação da vida” (184).

Esta é a porta que abre todo um cenário, todo um território e todo um conjunto de experiências que, alicerçadas no solo e moldadas pelo tempo, se revelam um passaporte para mais intimamente nos acercarmos da terra trasmontana. E, de novo, me sirvo da obra de Mattoso para definir o que aqui se entende por terra: “A terra com a sua constituição geológica, a forma do seu relevo, a sua relação com a água, com a temperatura e com o regime dos ventos predominantes. Mas, logo a seguir, os homens. Antes de mais na sua relação com essa terra — como a fizeram dar os seus frutos, como se apropriaram dela, como se movimentaram sobre ela, como se agruparam em função do que ela lhes podia dar ou da maneira que ela os podia ajudar a defenderem-se. Depois, os homens, enquanto definidos pela cultura que criaram, como resposta às condições de vida que essa terra lhes proporcionou” (15-6). Consequentemente, e

para se falar da terra é necessário que alguém escute os rios, as montanhas, as vastas planícies, o granito, o xisto, os movimentos geológicos, a composição do solo, a orientação do relevo face ao sol ou ao vento, à exposição às correntes de ar húmido ou seco. Para os autores de *Portugal: o Sabor da Terra*, a identidade portuguesa começa na interrogação acerca do que é a terra. Esta, de onde tudo nasce, e aonde tudo o que é vivo acaba por regressar ao morrer, molda o homem à sua imagem e semelhança; é ela que o faz beirão ou alentejano, minhoto ou algarvio. Ou transmontano. Ou português. A terra, em última análise, é o fundamento concreto e palpável que permite a tentativa de se descobrir o espírito de uma região (18); procurar entender ‘o sabor da terra’ é procurar entender a relação entre a terra e o homem.

Este preâmbulo sobre o modo como a paisagem molda o espírito do homem, torna-se um enquadramento perfeito para aquilo que nos interessa aqui expôr: a ecocrítica e a poesia de A.M. Pires Cabral. Em última análise, o que aqui defendemos é que saber a poesia de Pires Cabral é saber Trás-os-Montes, é saber o sabor desta terra. Mas se este é o ponto de partida, o ponto de chegada é bem mais vasto e diverso como se tentará expor.

Começo por apresentar o território em que se move a ecocrítica: este é o nome de um movimento crítico dos estudos literários e culturais que, nas últimas duas décadas, tem vindo a adquirir relevo em diferentes academias do mundo. A ecocrítica, escola surgida nos estados Unidos em meados da década de oitenta do século vinte, nasce da resposta que a área das Humanidades quis dar à crise ambiental que afecta os sistemas básicos da vida no nosso planeta, sentindo que essa crise é também uma crise cultural. O que está mal não acontece devido a um deficiente funcionamento dos ecossistemas, mas, antes, por causa do modo como funcionam os sistemas éticos, daí que seja importante compreender de que modo o homem tem agido sobre o ambiente: quais os desejos, as ambições, os medos que estão na base das paisagens que cria. Não possuindo as ferramentas tecnológicas que objectivamente permitam alterar a situação de crise, os estudiosos das Humanidades podem, contudo, contribuir, juntamente com os historiadores, os filósofos, os antropólogos, para um maior entendimento das dificuldades, facto que, por sua vez, gerará um maior desejo de a combater. Como críticos, importa encorajar, descobrir e desenvolver abordagens que privilegiem percepções, atitudes e acções criativas e imaginativas do ponto de vista ecológico.<sup>1</sup> Daí que, e como salienta Lawrence Buell, numa perspectiva ecocrítica, o crítico chame a atenção para aquele texto onde o ambiente não humano não é apenas cenário, mas uma presença que sugira que a história da humanidade é parte da história natural; que sublinhe o texto onde o interesse do homem não é entendido como o único interesse

<sup>1</sup> William Rueckert em “literature and Ecology” questiona a desejável relação entre literatura e ecologia da seguinte forma: “how can we move from the community of literature to the larger biospheric community which ecology tells us (correctly, I think) we belong to even as we are destroying it? (121) Num outro momento do texto, responde: “turn to the poets. And then to the ecologists. We must formulate an ecological poetics. We must promote an ecological vision” (114).

legítimo, e onde prevalece uma responsabilidade ética para com o ambiente; que realce o texto onde o ambiente é um processo, e não uma dádiva (Buell 7-8).

No centro do pensamento ecocrítico está a reflexão acerca das formas de representação discursiva da terra, acerca do modo como as formas simbólicas revelam também as práticas textuais de uma cultura. O ser humano vive e pensa através da linguagem, por isso repensar a paisagem literária, tal como pretende fazer a ecocrítica, é um modo de repensar o próprio mundo; veja-se o que diz Joaquim Gonçalves: “a intencionalidade da linguagem, tal como as figuras estruturantes dela, em vez de algar as coisas com um sentido único, como sucede com a linguagem científica, abres-lhes horizontes de possibilidades múltiplas, que a ciência ajuda a realizar em cada momento e na configuração histórica de cada cultura” (18). Esta afirmação encontra eco na visão de Italo Calvino em *Seis Propostas Para o Próximo Milénio*: “A literatura só vive se se propuser objectivos desmedidos, mesmo para além de qualquer possibilidade de realização. Só se os poetas e escritores se propuserem empresas que mais ninguém ouse imaginar, é que a literatura continuará a ter uma função. Desde que a ciência desconfia das explicações gerais e das soluções que não sejam sectoriais e especializadas, o grande desafio para a literatura é o de saber tecer conjuntamente os diferentes saberes e os diferentes códigos numa visão plural e multifacetada do mundo” (Calvino 134).

Decorrente do exposto, compreende-se melhor o objecto de estudo da ecocrítica: estudar, analisar as relações entre o homem e o meio-ambiente tal como surgem nos textos literários (ficcionais e não ficcionais). Deste modo, a ecocrítica tenta responder a várias questões: como surge a natureza representada neste poema ou neste romance? Quais os valores expressos nesses textos? Como podem as metáforas acerca da terra influenciar o modo como o leitor trata essa mesma terra? Tendo como modelo a ecologia, a ciência que estuda as relações do homem com a sua casa — oikos —, a ecocrítica procura salientar o que no texto promove o homem como entidade não separada da natureza, mas como criatura interdependente dos processos naturais que regem a vida humana na terra: o ciclo dos dias, as estações do ano, a interacção entre os ecossistemas. Juntando a voz das Humanidades à das Ciências, a ecocrítica pergunta: de que modo quer o homem viver (n)a terra?

Embora a inter-relação entre cultura e natureza tenha sempre feito parte da cultura literária - desde os mitos, à tradição oral, às lendas e aos contos de fadas, ao modo pastoril, à poesia sobre a natureza —, nos dias de hoje, e perante as consequências da ciência e da técnica na degradação do ambiente, reclama-se uma visão mais biocêntrica, mais diversa e plural, sublinhando-se que os textos literários, pelo seu carácter aberto e hermenêutico, permitem leituras mais diversas, mais dinâmicas e mais consentâneas com a preservação da biodiversidade. É seguindo esta ideia que podemos aliar a ecocrítica ao desejo de mudança ética, ou seja, a interpretação das paisagens literárias implicam — desejavelmente — uma visão menos antropocentrizada, e mais respeitadora do património natural. Olhar a paisagem de um texto não é um pormenor arredado de sentido; pelo contrário, através das relações apreendidas entre

o homem e o mundo natural tenta-se captar a expressão do movimento da existência humana na superfície da terra. Ler a paisagem afirma-se muito mais do que interpretar apenas os aspectos geológicos, morfológicos ou botânicos de um dado lugar; ler a paisagem afirma-se aqui como um actividade que procura igualmente ler a totalidade da experiência humana sobre a terra visto que a construção da paisagem é também ela uma forma de escrita, escrita essa que vive de uma densidade ontológica: Conhecer a paisagem é abrir uma janela sobre nós mesmos.

A.M. Pires Cabral escreve sobre a paisagem, ou seja, escreve sobre essa relação íntima entre a geografia e a inscrição humana no solo. Numa das melhores sínteses sobre a sua poesia, Joaquim Manuel Magalhães sustenta: “estamos perante um olhar enraizado num real particular, mas perspectivando nele os ímpetus de presença do natural e do vivido, o vigor com que a vida irrompe das situações quotidianas, o fulgor com que as coisas humildes criam um espaço de resistência à degradação do mundo” (160). Ainda de acordo com este crítico, do encontro entre o mundo rural e a visão poética de Pires Cabral resulta essencialmente uma revitalização da linguagem. Assim, a poesia de Pires Cabral se, por um lado, devolve os lugares, a fisionomia, a fauna e a flora de uma paisagem que antes de ser linguagem é geografia, por outro lado, é através dos jogos de linguagem que o poeta convida o leitor a entrar nesse mundo maravilhoso. O que nesta leitura da sua poesia se pretende privilegiar é o modo como uma visão de proximidade arrasta o leitor para junto de detalhes que obrigam a ver de novo o que parecia familiar, e o modo como, através de uma hermenêutica paisagística, o leitor encontra outras possibilidades de ler a paisagem e consequentemente outras possibilidades de olhar o mundo natural, aprendendo a senti-lo como parte integrante da comunidade que habita. É isto que acontece num poema como “Há só uma terra”. Escrito numa época em que ainda não se discutia tão ferozmente os problemas ambientais, o poema mostra a sensibilidade do sujeito lírico para com a interdependência entre os seres que habitam um mesmo espaço: “No tempo em que havia muitas Terras,/ podíamos ferir, com leviana mão,/ de morte os rios e os trigais:/ havia de reserva muitos mais./ Hoje porém a terra é uma só/ e o fumo intenso” (*Antes que o Rio Seque* 127)<sup>2</sup>. Esta é uma perspectiva que resume os efeitos nefastos da química sobre o solo e da poluição sobre os rios; além disso, as palavras do poeta alertam para uma tomada de consciência relativamente à perda de harmonia e integridade dos elementos que constituem a única terra que conhecemos. Ter-se-á pois de encontrar a solução, que bem pode passar pela dissolução; ouça-se o poeta: “Os vegetais recuam. A di/ solução? Ai, o desamor / tão pesado e compulsivo,/ o húmido culto dos despojos/ da (outrora longa) Terra que restar”. Ao situar o poema em dois tempos diferentes: no passado, ‘no tempo em que..’, e no presente, ‘hoje porém’, e ao fincar a adversativa, ‘porém’, o poeta lança sobre o poema, sobre o presente, uma

<sup>2</sup> Embora neste texto nos debrucemos essencialmente sobre *Arado*, sempre que referirmos poemas de A. M. Pires Cabral publicados anteriormente a 2009, utilizamos a obra *Antes que o Rio Seque: poesia reunida*, de 2006.

sombra que não pode escapar ao leitor. Este terá, consequentemente, de procurar a luz, uma espécie de salvação, algo que poderá chegar a si através de uma atenção redobrada ao que o rodeia, que poderá chegar, por exemplo, escutando o canto urgente da cigarra que “nos socorre e reconduz” (*Antes que o Rio Seque* 57).

É chamando a atenção para o valor da terra que Pires Cabral lança o seu primeiro poema em *Algures a Nordeste*: “A terra é urgente: ela me fabricou”. Embalando o leitor no ritmo da terra que desliza lentamente entre os dedos, o poeta canta: “como pó fecundo/ antigo,/ renovado,/ em ti repousam/ docemente embalados meus avós:/ deles nasce também alguma flor,/ algum gesto de cor verde,/ alguma saudação amigável/ de perfume” (*Antes que o Rio Seque* 10-11). Evocando *As Geórgicas* de Virgílio, Pires Cabral canta a sua pátria, mesmo que esta seja de geografia áspera e de solo difícil, tecendo deste modo uma poesia onde temas aparentemente simples se ampliam através do cruzamento com uma tradição mais antiga, a pastoril. Como Virgílio, Pires Cabral recorre à memória para, vivamente, nos falar de um mundo que merece viver: os muitos saberes da terra; como antes para Virgílio, para o autor de *Arado* o trabalho dos campos nunca é faina fácil, exigindo, pelo contrário, habilidade, engenho, um saber específico, uma arte. Daí, a necessidade de armas úteis: a charrua, o arado.

*Arado*, o título do último livro de poesia de Pires Cabral, é pois uma ferramenta com que o poeta rompe o solo da linguagem para aí semear novas significações, novos sentidos. Se se começa no mundo da ruralidade, não se permanece aí inteiramente. Apenas se parte daí. No dizer do poeta, este livro é um regressar à terra, um reencontro com o espaço de inspiração original, a realidade nordestina. É nesse sentido um regresso a muito do que se cultivou em *Algures a Nordeste* (existe concretamente um poema “Algures a Nordeste, Parte Dois”), mas também, parece-me, a *Solo Arável*. Em *Arado*, de novo se pede ao leitor que olhe a sabedoria da terra e dos velhos de Grijó, que atente na circularidade sábia das estações do ano, que de novo se dê lugar às aves e de novo se ouça o vento. E até das pedras se volta a dizer que têm sentido. Também em *Arado*, como em *Algures a Nordeste*, se fala da morte, do diálogo que, em vida, o poeta estabelece com a morte, com o transcendente. Mas o arado do título do livro de Pires Cabral, sendo um objecto nomeado, é também um símbolo que ilumina a arte da escrita. A isso se refere Vasco Graça Moura quando diz: “muita da poesia de A. M. Pires Cabral oscila entre dois pólos: a de uma expressão directa e de económica simplicidade e o de uma transfiguração lírica do pensamento e da emoção em literatura” (Moura 78). Por um lado, o arado, ferramenta de ‘mecânica rudimentar, clarividente e sóbria’, encostado a um canto, resiste à corrosão dos dias e do fogo; por outro lado, está ali como símbolo de resistência a um total esquecimento do que foi a sua arte de “outros tempos, [em que] rasgava a terra,/ fazia dela um ventre aconchegado — “(*Arado* 11). O arado é por isso mais do que o objecto nomeado, mais do que o “arado/que de facto arou”, é a dramatização da angústia vivida por um poeta cujos versos ele deseja um arado “com que rasg[a] outras terras/ mais voláteis e menos aráveis” (*Arado* 13). Ao afirmar, “o arado perpetua-se em mim”, repete o que tinha já dito a propósito do rio Douro: “Viajando embora por este rio acima,/ bem vistas as

coisas,/ é por mim abaixo que viajo” (*Antes que o Rio Seque* 350) Ou seja, arado e rio são a voz com que diz simultaneamente o mundo e a si mesmo. Ele, poeta, quer semear versos e, por isso, teme e compreende a fatalidade do arado “cabisbaixo no quintal”, “ferido de desuso,/ encostado a um canto”. Também o poeta, encostado ao canto que é o seu, teme que os seus versos caiam em solo pouco arável, restem “pasto de ferrugem e carcoma”. Isto porque ele sabe, como Virgílio, que se a agricultura vive da arte exacta de conhecer a terra, os versos devem ser como a mecânica do arado: “nada em demasia”. (*Arado* 11)

O diálogo a que aqui se atenta — entre uma poesia mais antiga, nomeadamente a de *Algures a Nordeste*, e a de *Arado* —, pretende dar conta de como Pires Cabral desde sempre manifestou, na procura de si e do homem em geral, um olhar aguçado e felino no que respeita os fenómenos da natureza e da interligação destes com a vida humana. É também sinal, como refere António Cortez, da pertença da poesia de A. M. Pires Cabral a uma linha de poetas, começando no Cancioneiro, para quem “a natureza, até por razões cosmológicas, assume o papel de interlocutor privilegiado no drama íntimo do poeta” (22). Veja-se, por exemplo, o poema “Terra Mater”, continuação desse outro poema, com o mesmo título, já aqui referido, e publicado em *Algures a Nordeste*. Esse primeiro poema “Terra Mater” é, como a pontuação final o indica, um poema inacabado, que o poeta tem vindo a completar, a acrescentar, a expandir, e cujas raízes o leitor reencontra em *Arado*. Daí, o uso de advérbio ‘ainda’, repetido várias vezes ao longo do poema, de modo a estabelecer uma relação de contiguidade com esse outro poema mais antigo e com essa mesma matéria: a terra mater, “um lugar retalhado de ventos”. Só a partir de uma relação frutífera entre um ‘eu’ e o lugar de eleição — ou, se se quiser, entre um ‘eu’ e o espírito do lugar —, se chega ao conhecimento, algo que o poeta reconhece: “Sei hoje, ao cabo da balbúrdia oca/ de todas estas décadas perdidas,/ que só com a chave do silêncio posso/ abrir ainda uma porta no teu corpo de azeite// e penetrar em ti como num templo” (*Arado* 14). Só reconhecendo na paisagem a inscrição ontológica, pode o poeta, através de um repouso meditativo, exprimir o que na paisagem é invisível, transcendente.

Numa perspectiva ecocrítica salienta-se o facto de, nesta poesia, a paisagem alojar o diálogo entre o poeta e o que de mais secreto existe entre si e a terra mater. Di-lo em “Sabedoria”: “Reconhecer nesta paisagem/ terrosa de searas sobre outeiros/ o princípio activo...// e proclamar que em verdade a terra é/ com os seus acidentes impassíveis,/ seus dramas e transe que tão mal sabemos,/ a única resposta idónea para a fome/ eterna, aquela que não se deixa iludir/ por nenhum pão // — e por isso me traz/ morto de fome” (*Arado* 18). Subtil e ampla, a sabedoria do poeta cresce do olhar atento que lança sobre a paisagem original, nomeando-a, criando-a, a lembrar a poesia genesíaca de um Walt Whitman. Em “Sabedoria”, o leitor é confrontado também com um entendimento acerca da terra remanescente da experiência cantada no Salmo 104, um hino de louvor ao trabalho divino pela construção de uma terra que é ao mesmo tempo harmonia e alimento: de vinho, de azeite, de pão. Neste sentido, sabedoria é entender que a terra não é mero cenário, mas que é em si mesma uma



entidade de corpo inteiro, que o poeta reconhece através dos frutos, da flora, da fauna e das gentes, reconhecendo igualmente as inter-relações entre todos estes elementos.

A presença da flora e da fauna em *Arado* (como em muitas outras obras de A.M. Pires Cabral), sendo uma herança da tradição oral e popular portuguesa, evidencia uma geografia poética particular. Assim, trata-se sobretudo de sublinhar o conhecimento que o poeta manifesta acerca da observação do comportamento animal e da morfologia das plantas, um conhecimento que, sublinhe-se, advém, por um lado, da experiência e, por outro, do cultivar de uma arte de atenção. Uma atenção que, por seu lado, evidencia uma visão mais biocêntrica, uma concepção mais alargada de comunidade, de modo a integrar nela, como sugere Aldo Leopold, “os solos, as águas, as plantas e os animais” (190). Claro que o poeta não se despe de um olhar humano, e, em última análise, é sobre homem que se fala, mas, como se referiu, esta é uma poesia que abre a possibilidade de acolher, através da linguagem, o que na paisagem aparentemente não tem voz.

Em *Arado*, as aves — e que outros animais estarão mais próximos de representar a liberdade, a imaginação, o desejo de infinito? — são uma presença significativa: o pardal, a pomba, a lavandisca, o melro, a andorinha, desenham o um bestiário que é ao mesmo tempo pulsão e prosódia da natureza (Guerreiro) e um caminho directo para o fundo mais trágico da animalidade humana (Cortez). Veja-se, em relação ao primeiro caso, os exemplos da lavandisca e do pardal, presenças de forte vitalidade, e por isso reparadoras do espírito cansado: “a lavandisca – ave travestida de cometa/ (por causa da longa cauda e também/ do glorioso esplendor da cor cinzenta), / por milagre equilibrada sobre pernas débeis como fios de cabelo/ e que tanto correm — // é um bem-vindo sol intrometido/ no nevoento dia da cidade” (*Arado* 30); “mas enquanto o alumiar o mal explicado/ lume que à falta de melhor dizemos vida,/ possa o pardal — máquina de alterar —/ encher-nos a alma com o seu estrépito/ e intensa vitalidade” (*Arado* 31). Por outro lado, as aves oferecem a possibilidade de um olhar sobre o lado mais sombrio do homem, como é o caso do poema “Melro em gaiola”: “o melro na gaiola aprende depressa/ a proporcionar o voo e a voz ao espaço que tem. / O impulso é maior do que o espaço disponível./ E canta — isto é, ri-se — como se fosse dono/ duma fatia de mundo razoável” (*Arado* 26). Tendo já referido que as histórias acerca de animais são um modo de dar um recado aos homens (*Jornal do Nordeste*)<sup>3</sup>, Pires Cabral reconhece no melro um pouco de si, um pouco dos homens: “E todavia,/ as risadas do melro na gaiola/ fazem-me rasgões por dentro/ como se em vez de riso fossem pranto” (*Arado* 28).

Mas é sobre “Irmã cotovia” que nos debruçamos agora; este é um poema onde a ave surge definida por um habitat e comportamento próprios: uma vida rente ao solo: “é no solo/ que faz ninho e sacia a fome/ com as coisas do chão e em silêncio.//

<sup>3</sup> Neste caso, Pires Cabral refere-se ao conto infantil escrito a partir do projecto Pintar o Verde com Letras, *Trocas e Baldrocas ou Com a Natureza não se Brinca* (2007), mas uma afirmação que, do meu ponto de vista, ilumina também o sentido do vasto bestiário encontrado na sua obra.



Porém, quando precisa de cantar,/ muda de elemento: deixa a terra,/ sobe altíssimo, até onde/ nenhum outro pássaro se arrisca.//Dir-se-ia/ que precisa de um palco.// Então dos limites do voo, quase imóvel,/ vai derramando breves, repetido/ jorros de júbilo, assim como quem diz:/ vejam como estou alto, sustentada/ por tão frágeis asas.// Depois que desafogou o peito/das inadiáveis premências da voz,/ apeia-se, torna ao solo,/ dissimula-se na cor parda da terra,// como se nunca tivesse voado”. (*Arado* 33) Este belo poema manifesta, sem sombra de dúvida, um olhar atento ao mundo não humano, onde o ‘eu’ do poeta surge menos visível a fim de que outros elementos do mundo natural tomem o lugar de personagem principal. Repare-se que não se trata apenas de nomear a ave, mas sobretudo evidenciar um conhecimento relativamente a um habitat, a uma história particular. No entanto, se a observação do comportamento animal inscreve verdade e real no poema, o leitor não pode deixar de ser sensível ao arrojo do voo e ao fogo que dentro do peito ‘desafogou’. O poeta fala do poeta. A cotovia comunga de um vínculo à terra, mas também do apelo das alturas, do apelo do infinito, tal como o poeta. Assim, se “a cotovia tem mais asas e uma voz mais nítida e chã” (*Arado* 34), o poeta, concluímos, sabe imitá-la.

E se ‘Irmã cotovia’ se torna central numa perspectiva ecocrítica, um outro poema nos parece particularmente relevante: “Parábola da erva”. Neste texto, o poeta continua a dar lições, a oferecer ferramentas morais e estéticas com as quais se aprende a manejar a diversidade e pluralidade do mundo. Ecoando, por um lado, a linguagem bíblica, e, por outro, a linguagem profana de Whitman (“Creio que uma folha de erva não vale menos que a jornada das estrelas”), o poeta fala-nos da humilde erva para nos falar do orgulho dos homens. Dividido em três partes, o poema começa por avisar: “nada no mundo deve ser subestimado”. A seguir, diz da utilidade da erva: “Esta erva apesar de tão humilde,/ sempre nos ensina alguma coisa.//A perseverança, por exemplo”(*Arado* 43). “Claro que é sempre possível eliminá-la”, diz o sujeito poético, assinalando as formas de morte de que o homem é capaz : através da química, da remoção de folhas, do arranque da raiz. Na parte III do poema, o poeta dá a visão final, a lição última: a perseverança da erva é afinal uma manifestação de como “subir os degraus partidos/ da escada da eternidade”. Aliado de uma sabedoria ecológica — a dinâmica dos ciclos das plantas — o poema torna possível entender a erva como exemplo de perseverança e sobrevivência: “Podemos matá-la mas nunca suprimir/ a vontade impressa nela de se perpetuar./ Na sua artilosa fragilidade é uma leoa,/ quando se trata de competir por um território,/ ou por água, ou por sol —/ as coordenadas da vida” (*Arado* Uma sabedoria antiquíssima, adaptável e dinâmica, permitiu à erva gerir a sua sobrevivência: quer através das sementes quer através da própria morte: “e sobrevive ainda quando morta/ e seca se transforma no estrume/ que alimenta as do seu sangue/ que deixou semeadas./ Sabe que se alimenta a si mesma/ quando alimenta a sua geração” (*Arado* 45). Se o nosso propósito é, neste momento, acentuar uma sabedoria acerca do mundo natural apoiada na experiência e na observação, não passa despercebida o paralelismo: o poeta, empenhado bicho na procura das coordenadas da vida, deixa nas palavras que semeou nos sulcos abertos pelo arado do tempo, a semente que sobrevirá à morte do

corpo e alimentará a sua e outras gerações.

Na poesia de Pires Cabral, o mundo natural adquire protagonismo, não só através do recurso a uma linguagem e a metáforas do mundo rural mas, como já se disse, cedendo o palco a um conjunto de elementos que a história do homem ocidental tende a desconsiderar, a ver apenas como algo que existe para satisfazer o seu desejo de bem-estar. Em *Arado*, as plantas, as aves, a terra mater como que sobem ao palco, às alturas, para aí dizerem a sua canção. É certo que apenas num ou dois casos, “Formiga de asa ou o Ícaro da Mirmecolândia” e “Mantis Religiosa” se dá voz ao animal, uma primeira pessoa que sublinha a encenação do verso; nos poemas restantes, há sobretudo a divisão do poema em duas ou três partes, como se de teatralização se tratasse, dando-se, num primeiro momento, a apresentação daquilo que é olhado, para depois se apresentar uma maior intimidade, um maior conhecimento do animal ou da planta, até àquele momento de maior tensão dramática em que se encena uma fusão entre o ‘eu’ e aquilo que é retratado (“mas o arado perpetua-se em mim”; “e todavia,/as risadas do melro na gaiola/ fazem-me rasgões por dentro”; “a vinha .../perdura viva em mim”), uma carnavalização que permite ao poeta entrar no mundo animal ou vegetal e trajar-se como se um deles se tratasse. E este processo de desdobramento nasce, como se tenta mostrar, de uma experiência física, corporal, de uma experiência em muito paralela à do agricultor cujo labor diário se faz com o corpo e cuja sabedoria advém do contacto com a terra, com o vento, com a água, com os animais e plantas.

A encenação é de novo importante num outro conjunto de poemas que reforçam, a nosso ver, a possibilidade de uma leitura ecocrítica de *Arado*; falamos dos poemas que, sob o título geral de ‘Alguns dos meses’, apresentam particularidades associadas a um dado mês do ano. Ocorre pensar nas iluminuras do livro “Les Très Riches Heures du Duc de Berry”, do século XV, onde o sentido de cada pintura é completado pelo nome do mês que lhe está associado. Ali, naquelas pinturas, a vida do homem da Idade Média é enquadrada pela mutação da terra e das estações; ali, o mundo humano e não humano comungam de um mesmo destino: viver sob o signo de um determinado mês, de um labor específico, e sob uma determinada luz. De igual modo, e nos poemas assinalados, se sente um mesmo enquadramento cíclico da vida do homem “situado aqui a norte”, lançando-se luz sobre aspectos específicos de alguns dos meses. Assim, por exemplo, “Janeiro ri de mau”, Março, mês em que se cumpre a Primavera, pode revelar-se não mais do que “o descanso do Inverno guerreiro”, em Abril pode acontecer a “dolosa ocultação da Primavera”, de Maio pode esperar-se “a gloriosíssima desordem”, em Dezembro entram em cena “a faina da azeitona”, mas também “a noite prematura e alongada,/ as ilegíveis páginas da águas,/ às vezes neve”. Estes são momentos da vida a Nordeste. E se em toda a extensão de *Arado* se encontra presente um tempo que ao passar causa ruína e morte, este convive com a passagem de um outro tipo de tempo, o cíclico, aquele que, em cada primavera, anuncia a ressurreição depois da morte. Já em *Têmporas da Cinza* (2008), Pires Cabral mostrara uma inclinação relativamente à existência de um calendário sagrado, de um tempo outro, um tempo de encontro entre o homem e o transcendente. Nesse sentido, a presença dos meses, mais do que

um calendário sobre a mudança das estações, é, a meu ver, uma ruminação sobre o ciclo da vida humana.

Começamos por nos referir ao Nordeste, mas estamos já em território do transcendente. Território em que o poeta se move, e que os versos “sei de lugares onde há pedras /que conversam comigo” iluminam, pois o poeta, à semelhança de San Juan de la Cruz (1542-1591), quando escuta a natureza é o transcendente que ouve. A presença do mundo não humano do nordeste – plantas e bichos e pedras – bem pode representar um modo de diálogo com o divino, com o mistério da existência humana. Sem voz, esses seres partilham com o poeta uma certa condição de silêncio e solidão. A sua presença é, no entanto, vital para que tudo o resto aconteça; veja-se o efeito demolidor de uma simples borboleta atirada à cara: “Uma simples borboleta, quem diria?/ e passa a gente metade da vida/ a procurar sentido para a outra metade -// quando de tudo o que precisamos, afinal, para tudo entender e pôr no sítio,/é apenas de uma boa borboleta quotidiana”. (*Arado* 82)

Regresso, neste último momento, ao livro de José Mattoso (Suzanne Daveau e Duarte Belo) para sublinhar a apologia que ali se faz do olhar contemplativo, pois este significa, antes de mais, “o reconhecimento da alteridade do ente observado e renúncia a qualquer tentação de o dominar ou possuir. Significa também atenção a todos os pormenores, mas sem esquecer a totalidade que eles formam. Significa ainda gozo, encantamento e alegria pelo que o ente observado tem de admirável e único” (16). Esta afirmação sintetiza, de forma cabal, o objectivo e método da ecocrítica. Sintetiza, também, a forma como a poesia de Pires Cabral, através de um diálogo com o visível e invisível das coisas e dos lugares, se faz voz do mundo natural, ou melhor, da interligação que o poeta sabe existir entre os sistemas naturais e a vida humana. Como refere John Felstiner – e veja-se como a sua reflexão vai ao encontro da afirmação de Mattoso –, e perante a urgência de se travar a erosão dos solos (e das almas), a poesia oferece respostas na medida em que o poema, ao pedir ao leitor que pare, que leia e que ouça o mundo (natural), pede também o alargamento do espírito humano e a activação da imaginação, ajudando-o a religar-se às coisas e aos seres do mundo e a constatar a fragilidade desse mesmo mundo.<sup>4</sup>

Num país que demonstra uma indiferença generalizada pelo seu património natural, a poesia de A. M. Pires Cabral apresenta uma ética de responsabilidade e de empenho na construção de um quotidiano ambientalmente mais equilibrado e humanamente mais justo. Através da sua poesia, faz-se a reinvenção da terra e apresentam-se possibilidades de religação do homem à natureza. Emprestando atenção e silêncio ao mundo, a poesia de Pires Cabral conduz o homem a olhar a terra como um lugar frágil e finito e que, por isso, necessita ser respeitada e ouvida. Comece-se por escutar o poeta, ele “sabe de lugares onde as pedras conversam”.

<sup>4</sup> Cf. “The saving grace of attentiveness, and the way poems hold things still for a moment, make us mindful of fragile resilient life and thereby poetry can save the earth, person by person, our earthly challenge hanging on the sense and spirit that poems can awaken” (357).

## Bibliografia

Buell, Lawrence. *The Environmental Imagination: Thoreau, Nature Writing, and the Formation of American Culture*. Cambridge/London: The Belknap Press of Harvard University Press, 1995.

Calvino, Italo. *Seis Propostas para o Próximo Milénio*. Lisboa: Teorema 1990.

Cortez, António Carlos. “A. M. Pires Cabral: Parábolas, palavra, poética” *Jornal de Letras*, 3-16 Junho 2009: 22-3.

Felstiner, John. *Can Poetry Save the Earth?: A Field guide to Nature Poems*. New Haven & London: Yale UP, 2009.

Gonçalves, Joaquim. “Ambiente e Linguagem”. *Natureza e Ambiente: Representações na Cultura Portuguesa*. Cristina Beckert, coord. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2001.

Guerreiro, António. “A prosódia da natureza”. *Expresso*, 18 Abril 2009, p.34.

Leopold, Aldo. *Pensar como uma Montanha*. Águas Santas: Edições Sempre-em-Pé. 2008.

Magalhães, Joaquim Manuel. “Sobre a Poesia de A. M. Pires Cabral”. *Artes Marginais*. Lisboa, Guimarães Editores, 1998, 157-169.

Mattoso, José, Suzanne Daveau, Duarte Belo. *Portugal: O Sabor da Terra*. Lisboa: Temas e Debates, 2010.

Moura, Vasco Graça. “A. M. Pires Cabral: um clássico no Nordeste”. *Tellus*, nº 46, 68-78.

Rueckert, William. “Literature and Ecology”. Cheryll Glotfelty & Harold Fromm. Eds. *The Ecocriticism Reader*. Athens and London: The U of Georgia P. 1996.105-123.

Pires Cabral, A. M. *As Têmporas da Cinza*. Lisboa: Cotovia, 2008.

———. *Arado*. Lisboa: Cotovia, 2009.

———. *Antes que o Rio Seque*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2006.

# Aires Torres: Horas da vida de um Republicano

*João Luís Sequeira Rodrigues*

Os esforços que, nos últimos anos, têm vindo a ser desenvolvidos no sentido da divulgação pública da figura de José Augusto Aires Torres, permitem-nos, hoje, conhecer melhor a faceta do poeta inspirado, criador de obras como *Inquietação* (1925) e *Anda às Voltas o Mundo* (1946), que receberam, à época, o elogio generalizado, tanto da crítica literária como de personalidades marcantes das letras nacionais. Porém, a recolha e análise da documentação presente no espólio do escritor e em diversos arquivos particulares e institucionais, deixam claro que na vida de Aires Torres o impulso para a intervenção cívica e a luta pelos ideais da República e da Democracia, foram determinantes e, frequentemente, a expressão poética foi deles consequência.

Numa altura em que se assinala a passagem do Centenário da República, parece pertinente colocar em relevo a actividade política de Aires Torres e a sua intervenção em alguns momentos marcantes da história do século XX, em Portugal.

Nascido em Parada do Pinhão, em 18 de Maio de 1893<sup>1</sup>, filho de José Augusto Artur Fernandes Torres e de Ana Maria Aires Vilela, Aires Torres cedo revelou interesse pela actividade política, dando mostras de um republicanismo precoce. A influência da figura paterna não será alheia a esta ânsia de intervenção cívica por parte de Aires Torres. O pai do poeta, engenheiro civil e enérgico adepto da causa republicana, que, chegou, em 1920, a desempenhar o cargo de senador. O engenheiro Artur Torres desenvolveu uma obra notável no sul de Angola, tendo sido o responsável pela construção do caminho-de-ferro de Moçâmedes, uma das emblemáticas obras do colonialismo português.

<sup>1</sup> Na documentação presente no espólio de Aires Torres está inscrita a data de 28 de Maio de 1893 como sendo a sua data de nascimento. Porém, o testemunho de familiares refere que tal se deve a um lapso no registo e que a data de nascimento correcta, segundo o testemunho do próprio Aires Torres, é a de 18 de Maio de 1893.



Aires Torres, Paris 1927

Aires Torres cedo deixou Parada do Pinhão, onde viveu com a mãe, juntando-se à família paterna, que residia em Vila Real. Terá sido entre a convivência familiar na cidade transmontana e os estudos no Colégio de Lamego, que frequentou de 1908 a 1910, que o jovem Aires Torres absorveu os ideais republicanos e acompanhou as vicissitudes que levaram à queda da monarquia portuguesa.

Da simpatia de Aires Torres pela causa republicana é testemunha a missiva de 1908, enviada pelo Reitor do Colégio de Lamego, Padre Alfredo Teixeira, em resposta à solicitação de matrícula que Zeferino Torres, tio do poeta, lhe enviara e na qual as ideias políticas do jovem José Augusto pareciam já ser susceptíveis de levantar algumas objecções.

*Lamego, 20/9/1908*

*Meu amigo*

*Não é preciso documento nenhum para a matrícula do José. O indispensável é que venha resolvido a estudar a valer e a portar-se convenientemente. Mesmo as ideias republicanas deve deixá-las para mais tarde. Tem muito tempo de ser tolo.*

*Padre Alfredo Teixeira*

Contudo, Aires Torres não cumpriu o desejo do Padre Alfredo e, com 17 anos, em 16 de Outubro de 1910, poucos dias após a implantação a República, publicou no semanário de Vila Real *O Povo do Norte* um poema intitulado *Até que Enfim*, no qual expressava o seu fervor republicano

*Até que enfim a pátria, heróica, vencedora,  
Olha já para a luz, divisa já a aurora!!!...*

*Até que enfim um povo fraco e oprimido  
Se lembrou que era herói, que era destemido*

*E levantou o braço p'ra apanhar a glória  
E levantou o braço p'ra escrever a História*

*A fogo estas palavras: **Viva a liberdade!...**  
Quem não se há-de expandir, cantar... oh! Quem não há-de,*

*Quando um povo solta este grito do peito  
Deixando no passado o trono o preconceito*

*E caminhando a rir vai buscar o futuro?!...  
Pátria, minha pátria, era bem escura*

*O teu pobre destino, era!... mas ah! Agora  
Haja vida, haja luz, já despontou a aurora...*

*Que venha o estrangeiro, Lisboa, ao teu porto  
E vá dizer depois que Portugal s'á morto!!!...*

*Um povo assim de heróis, um povo assim de ousados,  
Um povo que possui assim destes soldados,*

*Um povo que se eleva assim ao ideal,  
Nunca pode morrer!!! **Viva Portugal!!!***

*Ayres Torres*

Detentor de uma personalidade forte, de onde sobressaía uma vocação artística diversificada, Aires Torres enveredou inicialmente pela carreira teatral, o que o levou a frequentar a Escola de Arte de Representar, entre 1911 e 1914. Os estudos teatrais foram abruptamente interrompidos, no final de 1914, ao ser mobilizado para a guerra

em defesa dos territórios ultramarinos portugueses. Aires Torres seguiu então, integrado nas colunas militares comandadas pelo General Pereira d'Eça, para o Sul de Angola, de onde regressou em 1915.

Retomou nessa altura a actividade teatral. No entanto, em 1917, foi novamente mobilizado, desta vez para a guerra na Flandres, o que viria a determinar o abandono definitivo dos palcos e a opção por uma carreira castrense que lhe não viria a ser propícia, devido às vicissitudes históricas e aos traços da sua personalidade

Regressado da guerra, em Fevereiro de 1919, Aires Torres foi colocado em Vila Real, no Regimento de Infantaria 13, onde permaneceu até que um conflito com o comandante da unidade implicou a sua transferência para o Porto, em 1920, onde viria a conhecer Maria Vitória Moura Coutinho, filha de Gonçalo de Moura, um influente médico ligado à Maçonaria, com quem viria a casar em 1923.

Na altura em que eclodiu o golpe de 28 de Maio de 1926, Aires Torres integrava o Regimento de Infantaria 6, tendo acompanhado de perto os preparativos da revolução. Não obstante o carácter genuinamente republicano que orientou alguns dos estrategas da revolução, Aires Torres cedo percebeu também as desconfianças e os efeitos nefastos que poderiam advir da sua concretização visto que, em seu entender, não estavam à partida clarificados os contornos do regime que sucederia à degradada governação do Partido Republicano, no caso de o golpe ser bem sucedido. Daí que tenha acompanhado com distanciamento crítico a sucessão de factos militares e políticos acontecidos durante a sublevação comandada pelo general Gomes da Costa e nos meses que o antecederam. Essa postura crítica está patente nos seguintes excertos, retirados de um manuscrito presente no seu espólio.

*Em casa – 18 d'Abril – julgamento, legião vermelha. Tabacos. Parlamento. Século. Interesses económicos. Reunião da Associação Comercial. Alves dos Reis. Preparação do 28 de Maio. História do condenado ao inferno. Aparência de pouca ou nenhuma viabilidade do movimento. Deportação de legionários. O perigo vermelho. Coligação dos políticos contra os democráticos. A divisão de ferro.*

*No quartel – Vida de quartel, escola de recrutas – consideração sobre a sua educação. Exigências da guerra moderna. Noções de civismo e disciplina. Sala de oficiais – a discussão, o gamão, o comentário do dia-a-dia (Gomes da Costa. A sua ida à Índia conseguida do A. M. à custa dos seus desabafos patrióticos). A indiferença de tantos. A ignorância e a ferrugem de muitos. A adaptação constante da maioria à mudança contínua e diária dos acontecimentos. Mascarenhas ministro. Satisfação a algumas necessidades da tropa. Protesto público de alguns oficiais contra o aumento concedido porque pensam que o A. Maria pretende assim comprar os oficiais. Descontentamento anterior exactamente pela sua má situação económica. Um capitão equiparado ao chefe dos porteiros do Congresso. Abaixo os políticos. “O país a saque”. O Exército é que podia salvar isto... incitamento de várias origens nesse sentido. Resistência da grande maioria dos oficiais resolvidos “a obedecer aos*



*poderes constituídos.” Quem manda, manda bem – embora mande mal. Porrada seja a quem for que se lembre de vir para a rua.*

**28 de Maio** – O comandante da divisão de ferro manda marchar sobre Braga. [...] A maioria dos oficiais nega-se a combater. Alguns marcham, mas a certa altura retiram, abandonando os soldados. Uns declaram que estão com os revoltosos; outros, a maioria, declaram que “não combatem camaradas”. Marcha para Famalicão. Em Famalicão – no hotel – caras conhecidas – vozes, boatos, suposições. Os oficiais olham-se desconfiados uns dos outros. Este será dos nossos? Aquele será deles? Qual a atitude do comandante da coluna? A sua digna aparência – Emissários, recadinhos. Há guerra? Não há guerra? Não deve [haver] guerra. Nada de precipitações, devagar. Tudo se há-de compor – render-me nunca. Marcha para Nine – para o inimigo – com todos os matadores. Sejam a guarda avançada. Mais gente que vem de Braga... Um dos passageiros de um carro declara que o Dias já aderiu “Absolutamente certo”. Este mesmo sujeito conta depois que encontrara um oficial adjunto do comandante da coluna perto de Braga ... Tinha falado com o próprio Gomes da Costa! A seriedade dos soldados em toda esta farsa.

[...]

**No Porto** – A coluna de Braga atravessa a cidade sob a frieza hostil da malta. Informa estranheza dos oficiais republicanos. Declarações nos jornais. Gomes é só para varrer a feira. Os monárquicos vão apertando o cerco e em breve asfixiarão uns poucos que sinceramente julgam ir “salvar a pátria e purificar a república” – o que diz o Gomes. Que vai agora fazer a tropa? “A campanha das ajudas de custo”. No Palácio de Cristal, o que eles dizem. O terror em Braga – meia dúzia de gatos – se nós avançássemos ... A bênção dos milicianos. Dizem-nos que o G. não quer mandar – fora os políticos – competências. Demissão telegráfica do A. Maria. Os políticos dão palmas. Gomes da Costa entra em delírio. Cabeçadas em Lisboa. Conferência de Coimbra. Um triunvirato – não senhor, quem manda é ele. Entrada em Lisboa. Desfile da tropa andrajosa e suja em frente da tribuna do corpo diplomático.

Numa tentativa de debelar as desconfianças que dividiam as forças militares participantes na revolução, o próprio Aires Torres redigiu no dia 2 de Junho de 1926, em nome dos oficiais da 8ª divisão do exército, a seguinte declaração a publicar no jornal *O Primeiro de Janeiro*, na edição do dia seguinte:

*Publicada em “O Primeiro de Janeiro” em 3/6/1926*

*Os oficiais da 8ª Divisão do Exército garantem sob palavra de honra que o movimento é essencialmente Republicano e Nacional.*

*Tendo-se reconhecido não estarem suficientemente conhecidas as características e intenções do movimento militar de carácter nacional e absolutamente republicano vimos, por reste meio, mais uma vez, para elucidação dos camaradas da 3ª Divisão*

*do Exército e ainda da opinião pública, declarar o seguinte: Este movimento é essencialmente militar e republicano e nacional e sem dependência de partidos políticos.*

*Mais declaram sob palavra de honra garantir integralmente estas afirmações em 2/6/1926.*

*Os oficiais da coluna da 8ª Divisão do Exército*

*Redigida no meu quarto, no quartel do meu regimento – Infª 6.*

O posicionamento crítico de Aires Torres relativamente ao golpe de 28 de Maio de 1926 ser-nos-ia confirmado por Sebastião Ribeiro, advogado e amigo do poeta, no seu livro de memórias intitulado *Anotações ao Presente*:

*[...] Através do meu particular amigo tenente José Torres vim a saber que ele próprio, quando oficial da guarnição de Braga, procurou travar esse movimento. Não estava contra ele, mas não via êxito aproveitável para o futuro, mesmo na hipótese de triunfo. Todo o movimento se resumia ao desalojamento dos democráticos, nada tendo previsto quanto à sua sucessão. Ora, bem podia acontecer que o movimento triunfante saísse das mãos dos fundadores e fosse parar a outras mãos comprometedoras da República e dos próprios republicanos, vítimas da sua imprudência [...].*

A evolução dos acontecimentos subsequentes, com a imposição da Ditadura Militar, rapidamente deixou claro que Aires Torres não se enganara e que do 28 de Maio resultara a morte da República. Neste contexto, Aires Torres adere ao Revirvalho, o movimento contra-revolucionário de cariz democrático que pretendia restaurar o regime republicano em Portugal. O militar e poeta participa, então, nos preparativos de um novo golpe revolucionário, que viria a eclodir no Porto, no dia 3 de Fevereiro de 1927. Data de 31 de Janeiro de 1927 a carta seguinte que Aires Torres, tendo já abandonado o exército, dirigiu à esposa Maria Vitória

*Porto, 31 de Janeiro de 1927*

*Maria:*

*Soube pelo Renato que me procuraste ontem. Tem paciência, isto está por pouco. Muito breve espero poder pedir-te perdão por todos os sobressaltos que te posso causar. Tem de ser assim e eu não posso deixar de obedecer a este destino que não me consente atitudes não coerentes com a minha maneira de ser. Tu também não quererias que eu fosse um miseráveisito vulgar. Tem confiança. Isto está por pouco. Mil saudades para todos e beijos sem conta para ti e para os nossos filhinhos.*



Aires Torres durante o golpe de 3 de Fevereiro de 1927, no Porto

Contudo, o golpe não decorreu conforme o previsto. Ferido num braço por um estilhaço, no dia 6 de Fevereiro, Aires Torres foi internado no Posto da Cruz Vermelha, no Hospital da Trindade, juntamente com o seu amigo Renato Boaventura.

O golpe acabaria por fracassar, precisamente no dia 7 de Fevereiro. Aires Torres fugiu do Posto da Cruz Vermelha, tendo encontrado refúgio em Vigo. Foi desta cidade da Galiza, no dia 17 de Fevereiro de 1927, que Aires Torres escreveu a carta seguinte, dirigida à esposa, Maria Vitória.

*Maria*

*Está aqui uma gente do Porto que veio trazer mais três companheiros de desgraça e que saem amanhã para aí. Aproveito esta circunstância para te mandar esta carta porque nem sei se terás recebido as outras.*

*De ti ainda não chegou nada e podes calcular a ansiedade com que espero todos os dias. Vamos a ver se amanhã já poderei ter essa alegria.*

*O Osório mandou-me hoje um telegrama dizendo-me que me espera. Lá irei ter, mas por enquanto demorar-me-ei por aqui mais uns dias porque preciso de conversar com esta gente que já aqui está e outra que vai chegando. É necessário assentar ideias, ver o que é possível fazer. De resto ignoro o auxílio que ele poderá prestar-me. Esperava uma carta e apareceu-me um telegrama dizendo-me apenas que me espera, o que, a meu ver, quer dizer muito mais do que todas as cartas que podem escrever-me. Mas, enfim, é preciso saber ao certo com o que posso contar, não esquecendo que se trata de um irmão pobre de cujo auxílio terei muito tempo ainda de beneficiar. Continuo a ver o Brasil como única saída – simplesmente é necessário não ir à toa por aí fora. O Jaime de Moraes está muito esperançado numa reviravolta próxima, que não irá além de seis meses, na sua opinião. Mas isso são previsões que podem falhar e para mim agora o caso é este: preferia trinta mil vezes resolver a minha vida de outra forma, a voltar aí para um quartel, além de que me é absolutamente impossível deixar-me estar aqui indefinidamente à espera de uma solução que nada tem de seguro [...].*

*[...] Deus é grande e o mundo é para todos e alguma coisa se há-de fazer. Tenho muita fé na minha estrela e quase adivinho que este contratempo é talvez a porta para grandes dias. É pelo menos o destino – e é necessário obedecer-lhe com coragem e com fé, porque é o destino. E o destino é a própria mão de Deus. Eu deixei-me sempre guiar assim e nunca tive que me arrepender. Foi assim que te encontrei. Não desanimo nunca meu amor. A felicidade nunca pode abandonar-nos. Escondeu-se apenas por uns momentos para ver o que nós fazemos. É preciso chamá-la, gritar-lhe, para que ela veja bem que acreditamos nela. [...]*



Aires Torres e Renato Boaventura no exílio, em 1927

No dia 20 de Fevereiro, Aires Torres enviou a Maria Vitória uma outra carta, desta vez escrita da Corunha, para onde se deslocou na expectativa gorada de ser ajudado por um amigo aí residente. Nessa missiva dava conta das dificuldades por que passava. Escreveu, então, o poeta:

Corunha, 20/2/927

Maria

*Cheguei aqui ontem de noite. Sete horas de camião – tremendo! O que vale é que as estradas estão boas. Afinal escusava bem de vir. Supus que a insistência do Osório significava qualquer facilidade de existência que ele pudesse proporcionar-me, mas infelizmente não é assim. Trata-se apenas de uma boa alma. Julgou-me em tais extremos de miséria, perdido por estas terras de Cristo, que a sua preocupação imediata foi socorrer-me o mais depressa possível com toda a pobreza da sua vida e com toda a esplêndida riqueza do seu coração. [...] Se eu pudesse adivinhar isto não sairia de Vigo. Agora para voltar, teria de gastar outras 25 pesetas que me fazem muita falta e a verdade é que lá não tenho que fazer. Tinha apenas a vantagem de estar perto de alguns que ainda lá ficaram – poucos. A maior parte foi para Paris e outros para Madrid. Naturalmente demorar-me-ei aqui até ter o braço melhor, depois sigo também para Paris onde a vida é incomparavelmente mais barata porque há lá mil facilidades que noutra parte não se encontram e muito menos em Espanha onde a peseta está altíssima. Não há como as terras grandes para gente muito rica ou muito pobre. Encosto-me por lá aos outros e mesmo na pior hipótese de não fazer por lá nada, consigo viver lá mais facilmente do que aqui. [...]*

*[...] Ainda não tenho notícias tuas. Algumas irão parar a Vigo. Lá deixei alguém encarregado de mas mandar para aqui e não calculas a dolorosa ansiedade com que as espero. Que conselhos me darás, que alma, que coragem me trarão as tuas palavras? Tenho um companheiro que ficou ainda em Vigo que quer a toda a força que vá com ele para Moscovo. Talvez seja uma ideia. Se o ministro dos soviets em Paris nos garantir lá um lugar no Exército Vermelho. [...]*

A 26 de Fevereiro, ainda na Corunha, numa outra carta dirigida à esposa, Aires Torres, para além de colocar a hipótese de dar continuidade ao seu exílio no Brasil, dava também conta da sua convicção de que só pela força o regime ditatorial imposto em Portugal seria derrubado.

Corunha 26/2/927

Maria

*[...] Vamos lá a essa história dos Brasis. Na última carta já admites a possibilidade de aí haver qualquer concerto ou solução favorável e nesse caso seria aí que resolveríamos a nossa vida. Mas que diabo de solução pode haver? Se eles mandam os presos para as colónias é porque querem ver-se livres deles por largo tempo, de contrário poupar-se-iam a um trabalho e a uma despesa que não há-de ser pequena.*

*De maneira que é escusado estar a admitir propósitos de concórdia da parte dessa gente. De resto, a atitude de uns e de outros tem de ser hoje e sempre absolutamente irreduzível. De um lado os que querem a ditadura e de outro os que a não consentem. Não pode haver meios-termos. Ou vencem uns ou outros. Agora venceram eles. Por quanto tempo? Não sei. O que sei é que só por meio de violência é que esses tipos poderão ser corridos e para isso, é preciso que essa violência se organize mais uma vez e que novamente arranque com todas as condições de êxito. Ora quanto tempo poderá demorar isso? Sabe-se lá... Agora pergunto – hei-de estar aqui indefinidamente à espera de uma vitória problemática que há-de vir não sei quando? Não será preferível jogar pelo seguro e aproveitar antes para a viagem o dinheiro que aqui terei de gastar inutilmente? Demais, havendo essas recomendações, não há-de ser fácil resolver lá a minha vida? Porque é que depois em Portugal a poderia resolver melhor? Porque é que a gente não há-de aproveitar esta circunstância para dar outro rumo à vida, possivelmente muito melhor, se estamos todos de acordo em que essa coisa de tropa é uma miséria, cada vez mais esfrangalhada e com perspectivas cada vez mais tristes? E isto ainda é na hipótese de poder lá voltar, o que não me parece fácil, tão cedo. Pensar que poderão deixar-me ir livremente a Portugal dentro de pouco tempo e que então poderíamos aí combinar à vontade as nossas coisas – também não vejo isso fácil. Eles vão lá dar liberdade às feras! Hão-de, mesmo que não tenham tempo para os julgar, organizar os processos e durante esse tempo tê-los-ão, cautelosamente, engaiolados. Ora isso demora e, em meu entender, demora todo o tempo que demorar a revolução que os deite abaixo.*

*Enfim, vós aí melhor podereis ver essas coisas do que eu. De longe é assim que as vejo e por isso entendo que a única solução é partir.*

Ainda da Corunha, Aires Torres escreveu, no dia 28 de Fevereiro, uma carta ao sogro, Dr. Gonçalo de Moura, uma interessante carta na qual reforça a sua vontade de rumar ao Brasil, onde havia a possibilidade de usufruir da ajuda de alguns amigos do sogro bem posicionados. Nessa carta, para além do republicanismo, deixa claramente patente o seu carácter insubmisso.

*Papá*

*Muito obrigado pelas suas boas palavras. Anteontem escrevi à Maria Vitória dizendo o que pensava, sendo por isso desnecessário repetir as considerações que então fiz. Entendo que o que há a considerar agora, já não é a hipótese de vir qualquer solução favorável, dentro de pouco tempo, mas sim vermos se, mesmo dentro dessa hipótese, eu devo ou não aproveitar esta oportunidade para orientar a vida de outra forma.*

*Havendo, como há, essas facilidades todas, parece-me que não devemos ter hesitações.*



*Que diabo pode custar a qualquer desses arquimilionários, uma vez que se interessem por mim, proporcionar-me maneira de ganhar também uns contos? E aí pelos quartéis que poderei eu ganhar? – algum braço partido, na primeira ocasião. Essa vida de tropa há-de ser cada vez mais difícil para qualquer desgraçado que se lembre de ter um pouco de carácter. E com franqueza, tenho muito pouca vontade de voltar a sujeitar, em qualquer altura, os que me são caros, a essas emoções da pancadaria. Ora isso é sempre fácil de suceder quando não se é suficientemente acomodaticio e se torna forçoso definir uma atitude, num país onde se anda ao acaso, onde governa o arbítrio, sem coerência, sem lógica, onde ninguém pode saber quais são os seus deveres e quais são os seus direitos. Então pode haver melhor exemplo do que esse, agora? Exigem-me, como militar, o juramento de que defenderei a Pátria, a Constituição e a República. São portanto esses os meus mais altos deveres e tenho de os cumprir porque assim “jurei”. Pois não senhor, tenho de fazer exactamente o contrário, se não quiser passar à categoria de bandido. Isto pode-se lá entender?! – Não, o melhor é atirarmo-nos aos milionários. E quem sabe se não será essa a maneira de eu o vir a ser também? – É preciso dar um grande pontapé na sorte. Pode ser que ela assim acorde. De resto, pela leitura da sua carta, parece-me que estamos perfeitamente de acordo. Só o que resta saber é se devemos esperar por qualquer resposta de alguns dos comendadores, ou se vou mesmo assim. E não se poderia provocar uma resposta telegráfica?*

*Eu calculo que os loiros da vitória devem pesar demasiado na cabeça dessa gente e é possível que não os consigam aguentar por muito tempo, nem mesmo com o auxílio dos chavelhos. Todavia, a verdade é que os presos lá vão indo para as colónias e ninguém sabe quando voltarão.*

*Outro dia vi aqui na redacção dum jornal, uma nota do governo espanhol para a imprensa “proibindo absolutamente, sob pena de multa, que os jornais publiquem quaisquer notícias, ou comentários desfavoráveis à situação política portuguesa, ou que, de qualquer forma, possam prejudicar o seu actual governo.” Vê-se que são valores entendidos. São os reaccionários de toda a parte a darem-se as mãos, a ver se se seguram. Aqui na Corunha há imensos amigos e admiradores de Portugal – verdadeiros entusiastas e furiosos contra todos os primos. Mas dizem que aqui não é possível fazer coisa nenhuma. A padralhada lá vai entreitando a maioria e os oficiais, comodistas, o que não querem é que lhes mexam nos soldos. É por isso que esta gente tem uma grande admiração por Portugal. Ao menos aí, dizem eles, ainda há oficiais que se batem, que “tienem” um ideal e que “tienem”... aqui no “tienem”... nada. É preciso notar-se que a Corunha foi durante muito tempo um grande baluarte dos republicanos, onde tinham sempre a grande maioria nas eleições. Os jesuítas aqui não entravam. Agora não. Desde que veio o Primo passaram a tomar conta disto e têm construídos e em construção edificios vários para colégios, seminários, conventos, os diabos!*



Contudo, a intenção de seguir para o Brasil não se concretizou e depois de algumas hesitações Aires Torres seguiu para Paris, onde chegou no dia 26 de Março de 1927, tal como narra em carta escrita no dia seguinte, dirigida à esposa.

*Paris, 27/3/927*

*Maria*

*Chegámos ontem, moidíssimos com duas noites no papo a cabecear numa terceira classe, uma no meio de galegos e outra no meio de franceses também meio galegos.*

*O Magalhães que ficou de se encontrar connosco em Bordéus não apareceu, calculando o Renato que tivesse seguido a dormir em Madrid e calculando eu que tivesse ficado debaixo de algum comboio. Afinal sabemos já que se encontra também aqui porque na S. de Propaganda de Portugal onde ficamos de deixar notícias, deram-nos o cartão que ele lá entregou para nós. [...]*

*[...] A pensão realmente é magnífica e tanto eu como o Renato não tínhamos dúvidas nenhuma em ficar por aqui. O pior é o resto – eu nem digo preços, por vergonha. Hoje será o nosso último dia aqui e ainda esta noite vamos ver se conseguimos um quarto em qualquer parte, comendo depois ao acaso. Será essa a única maneira de se viver por aqui com economia. Mas também é preciso cuidado com o local do quarto. Logo que chegamos fomos informados de que roubaram as malas dos rapazes que aqui estavam num hotel qualquer que aluga só quartos [...]. Tenho de deixar-te agora porque vamos ver se conseguimos quarto. Depois, com mais vagar, darei impressões várias de tudo isto. Por enquanto ando atordoado – tudo isto é uma poeira de coisas, muito vaga que ainda não tive tempo de fixar nem de ver sequer. Além disso, estou constipadíssimo, o que quer dizer que estou bruto, cerrado como um cortiço.*

Em carta datada de 9 de Abril, Aires Torres dá nota a Maria Vitória das dificuldades, da angústia e da monotonia que marcava o seu quotidiano de exilado na capital francesa. Contava, então, o poeta.

*[...] Estou farto disto, desta vida de cão. Ainda se ao menos tivesse alguma coisa que fazer. Queres acreditar que ainda não fui ver coisa nenhuma? Assento sempre de véspera na resolução de ir a qualquer parte no dia seguinte, mas ainda estou para ver quando irei. De resto, que diabo, há sempre uma igreja, um museu, a Torre Eiffel. Tenho a impressão de que já vi tudo isso e mais alguma coisa. Falta-me a disposição que é tudo. Levanto-me, almoço para aí em qualquer parte, meto-me no metro para ir ao encontro da outra gente lá para os boulevards. Tomo café – e como o tempo cá fora é desastrado, vou-me deixando ficar. Depois lá vem uma aberta – dou mais uma volta pelos boulevards fora, ao acaso. Entretanto é noite – procura-se um restaurante para*

*jantar – mais uma volta – meia-noite – quatro andares – quarto. É isto. E é curioso – isto, para nada, como vês, o tempo passa-se, foge com uma velocidade doida [...].*

*[...] O pior é que no meu peito, inversamente, os minutos vão-se alargando cada vez mais e estou a ver que já não poderei suportar por muito tempo a estupidez desta ausência assim forçada e inútil [...]. Valha-me Deus! Não sei, não sei nada – sei só que isto assim não pode durar muito e é preciso que apareça qualquer solução. Estes que por aqui andam – e já são muitos – andam também, como eu, de nariz no ar, à espera .... Alguns são ricos, não lhes faz diferença. Conseguiram apenas um esplêndido pretexto para se divertirem, ficando ainda com todo o direito da indignação pelo tremendo sacrifício a que os sujeitaram...! Mas esses também são francos. Continua-se ainda esperando o tal subsídio. Vamos a ver se vem. Será a única maneira da maior parte desta gente se poder aqui aguentar. De outra maneira, terão de ir a pouco e pouco, à formiga, para Portugal, esconder-se em qualquer buraco.*

Entretanto, com algumas das mais notáveis personalidades da vida política portuguesa, onde pontificavam o ex-Presidente Bernardino Machado e Afonso Costa, Aires Torres participou na criação da Liga de Paris, que tinha como objectivo a reorganização do movimento democrático português e a deposição do regime ditatorial. Da reunião fundadora da Liga, realizada a 18 de Abril de 1927, em Paris, que contou com a presença de Aires Torres, dá-nos conta A. H. Oliveira Marques na obra *A Liga de Paris e a Ditadura Militar*, na qual é publicada a respectiva acta.

Em carta de 18 de Abril, endereçada a Maria Vitória, Aires Torres aborda a realização desse encontro de exilados, do ambiente vivido no grupo e de um passeio a Versailles.

*Paris, 18/4/927*

*Maria*

*[...] Combinámos ir para qualquer parte em celebração da Páscoa e fomos parar a Versailles. Lindíssimo! Agora Paris vai tendo para mim outro encanto porque o mau tempo parece ter passado. Já há sol nas ruas e então hoje está lá fora um dia magnífico. Assim compreende-se! Lembrei-me de fixar para a posteridade a minha cara de exilado e saiu isto. O diabo do fotógrafo parece que lhe soprou porque está bastante inchada. Para mandar à família é admissível porque dá a impressão de que estou gordinho, bem tratado. Calculo que isso deve ser truque do fotógrafo porque a todos sucedeu o mesmo. Em lhe cheirando a estrangeiros, engorda-os imediatamente para que as famílias e amigos que tenham de receber as fotografias, vejam como aqui se vive bem. É até possível que isto seja feito de combinação com as empresas de turismo e com os hoteleiros. São muito finos estes diabos. Então tu estás esperançadíssima na minha ida próxima? Oxalá. Hoje constou aqui, mas sem confirmação, que havia por*

*aí movimentos de tropas e que seria o Sinel de Cordes a antecipar-se ao tal golpe do Paços e Sousa. Um sarilho! Um sarilho de que não sei ainda como havemos de sair. Amanhã reúnem aqui as Cortes gerais. Lá irei a ver o que se diz. Se essa gente fosse aí capaz de fazer a monarquia e se nós fossemos depois capazes de a deitar abaixo, era admirável. Era a única maneira de se conseguir uma limpeza radical em tudo isso e de definir de uma vez para sempre, coisas, pessoas e animais. Assim, com mais ou menos acordos, com gente a encarregar daqui e de além, com habilidades, com transigências, nunca mais fazemos nada e a confusão há-de ser cada vez maior. Nunca mais nos entendemos, nunca mais. Anda tudo misturado. Enfim, será o que Deus quiser. Eu é que – à boa vida – só me aguentarei aqui até lá para o fim de Maio. Nessa altura se nada houver resolvido, ou vou parar ao Brasil, ou vou parar aí, sujeitando-me a ser preso. A não ser que aqui consiga ocupação e só vejo que isso seja possível no cinema. É disso que ando a tratar, mas é ainda muito prematuro tudo o que te possa dizer por enquanto. Agora o mais natural é que, realmente, isto se resolva depressa, de qualquer maneira. É também essa a minha esperança. Vamos a ver.*

Nessa altura o jornal clandestino *O Revirvalho* publicou um poema de Aires Torres intitulado *Á Carga*, no qual exprimia o seu sentimento perante a situação política que se vivia em Portugal.



Aires Torres (na primeira fila, o primeiro à esquerda) durante um passeio do grupo de exilados a Versailles

*Portugal! Portugal! Ó minha Terra Santa  
Cuspida e desonrada!  
Olhai! O exército perjuro!*

*Olhai! Olhai! O exército traidor!  
Quem acode? Quem vem? Quem se levanta  
A remover de vez esse monturo,  
Essa nojenta récu enfardalhada,  
Os torpes vendilhões  
Sem palavra, sem brio, sem pudor,  
Com rancho na mioleira e trampa nos galões?  
Perante o vosso crime hediondo e imenso  
- Miseráveis sem nome e sem perdão! -  
Ardem-me as faces de vergonha, quando penso  
Que pude andar convosco, lado a lado,  
Orgulhoso, sereno, confiado,  
Tendo uma farda igual sobre o meu peito!  
Como se há-de dizer um dia esta traição?  
E com que tinta há-de escrever-se o vosso feito,  
Ó corja de farsantes!  
Para quem o Dever e a Honra valem tanto  
Como as ínfimas pontas duns cigarros?  
Amanhã – desvairados, pávidos de espanto,  
Metralhados de apupos e de escarros,  
Heis-de ver em redor, furiosas, ululantes,  
Mil bocas em clamor e mil braços erguidos,  
Rasgando-vos na carne este labéu: Bandidos!!!  
Que outro prémio esperais? Que mais mereceis?  
Que fizestes dos vossos juramentos?  
P'ra vós que significa o Brio, a Lealdade,  
A Honra e o Dever?  
Ser soldado – o que é senão lutar,  
O que é senão morrer  
P'lo princípio imortal da Liberdade.  
Em que a Nação assenta as suas Leis?  
Ó minha Pátria linda e desgraçada!  
Como pudeste ser assim atraçoada,  
Deixando-te cair em mãos de renegados?!  
Ouvi bem, poltrões! Ouvi bem, forçados!  
Foi só para a servirdes, bravos e leais,  
Foi só para obedecer e não para mandar,  
Que Ela vos confiou, julgando-vos soldados,  
As armas com que agora a escravizais!  
Grotescos fanfarrões! Almas daninhas!  
Fazeis lembrar certos bandidos tenebrosos*

*Que incompreensíveis, torvos, monstruosos,  
Espancam sem remorso as mães velhinhas!*

\*\*\*\*\*

*Quem acode? Quem vem? Quem se levanta  
A libertar a Terra Santa,  
Terra da nossa Pátria e imortal?  
Soldados! Meus irmãos! Que não sejam librés  
As fardas que vestis – Justiça! Porque tardas?  
Por Portugal! Por Portugal!  
À Carga! À Carga! À Carga!  
Sobre esta corja vil de bandoleiros!  
Se não houver granadas nem espingardas,  
É corrê-los a merda, a lama, a pontapés –  
Mas depressa! Depressa! À Carga! À Carga!  
Que podridão alastra e a onda negra alarga –  
Povo de Portugal! Soldados! Marinheiros!  
À Carga! À Carga! À Carga!*

Em Paris, Aires Torres não conseguiu encontrar forma de subsistência, vivendo, por isso, com muitas dificuldades económicas. Essas dificuldades determinaram que, em Maio de 1927, Aires Torres tenha regressado a Portugal, onde passou a viver na clandestinidade, ocupando-se na organização de actividades subversivas que visavam o derrube do regime ditatorial.

Na sequência dessas actividades, Aires Torres acabaria por ser detido em 7 de Janeiro de 1929, possivelmente devido à denúncia de um polícia infiltrado, com a conivência de Alexandrino da Costa, um elemento dos Budas (facção do Partido Republicano), que agia em conluio com o regime ditatorial. Isto segundo a versão dos acontecimentos narrada por Ferro Alves no livro *Os Budas – O contrabando de armas*.

“ [...] Este indivíduo foi utilizado por Alexandrino, para desembaraçar-se de Seca, Torres e Alcídio [...]. Arquitectado o seu plano tenebroso, deu ao polícia o nome de agente de ligação daqueles antigos oficiais, que assim foram presos.”

Aires Torres foi, então, preso na Casa de Reclusão da Trafaria. É a esse período de reclusão que se refere no poema ***Liberdade Perdida***.

*O meu quarto... de dia nem o vejo;  
De dia fujo eu  
Por esse largo Tejo,*

*Por esse vasto mar, por todo o céu...  
De dia nem o vejo.*

*Branco de cal – um branco sujo e frio –  
Tão feiinho, tão nu, tão sem conforto!  
Quando me deito,  
Parece-me que o sinto sobre o peito,  
A colar-se e a pender como o lençol de um morto,  
Assim branco, assim frio,  
Com grandes vincos, rígidos, medonhos!...  
E assim branco... assim frio...  
Ali sepulto,  
Ao fim de cada dia,  
As borboletas mortas dos meus sonhos;  
Ali vai naufragar minha alegria;  
Ali me afundo  
Num negrume sem fim de ideias em tumulto,  
Humilhado e vencido,  
A dor na alma, o olhar cansado, os membros lassos;  
Ali entra a tristeza em marés cheias;  
Ali acaba o sol; e a vida; e o mundo.*

*Em festivo alarido,  
Os escravos lá fora erguem os braços  
Pedindo mais cadeias...*

Aires Torres acabaria por se evadir da prisão da Trafaria, contando para isso com a ineficiência dos serviços prisionais.

O episódio rocambolesco desta fuga<sup>2</sup> de Aires Torres é descrito pelo tenente Luís Seca, companheiro de prisão do poeta, em carta que lhe dirigiu pouco tempo depois. Narrava Luís Seca:

*Caro amigo:*

*Que sucesso!... Foi extraordinário, foi o que se pode chamar uma boa partida. Sim senhor! – Eram estas as exclamações que eu surpreendia em todas as bocas, depois de convencidas da tua fuga. Como seria? V. Sabe?... Oh! Que malandrões! O quê? V. quer-me convencer de que nada sabia!? Bom, bom, escusa de estar com mais*

---

<sup>2</sup> O teor desta carta e o testemunho de familiares de Aires Torres indicam que na concretização da fuga o escritor terá usado um disfarce introduzido na cadeia por um cúmplice durante uma visita.

*explicações, já sei, teve o auxílio das bruxas. Estes comentários feitos pelo aviador, Pompeu, [...], etc., e estes dois últimos com caras de parvos e bastante receosos das represálias a que se sujeitariam. E agora queres que te conte como as coisas se passaram, não é verdade? Nada de novo relatório, tudo o que estava previsto se deu, tal e qual como se calculou nos curtos passeios que à tardinha dávamos para libertar as pernas e a garganta. Tu saíste... e bem; mas quando te vi junto do portão, cheguei a recear; não que te reconhecessem, mas que te tomassem pelo Sr. Af. Costa. O momento foi rápido e logo a sorte se decidiu. Estavas em liberdade e nós... não sei se com alegria se com tristeza ou tudo isto junto, fomos afogar as nossas convulsões nevróticas na espumante cerveja – que, diga-se a verdade, foi abundante.*

*Até à noite, ninguém perguntou por ti, a distração era grande; antes do jantar alguém disse: então o Torres, que é feito dele? E logo fizemos supor que estavas de cama, que o cabrito te tinha feito muito mal; mas havia opiniões, uns diziam que tinha sido a grande quantidade d'água que bebeste durante a tarde. Enfim lá estavas (para todos) na cama repousando das fadigas dessa tarde acidentada. O jantar acabou e o burro começou e por vezes com conversa animada, assim o tinha permitido o dia; e as piadas eram abundantes e muito respeitantes ao cabrito. Chegou a hora da contagem. O pobre do capitão seguido pelos cabos, abeirou-se da porta, deu as boas noites, perguntou ao aviador a que horas queria sair (no dia seguinte) e... foi-se. Às zero horas, os camaradas que estavam no segredo dos deuses, acharam bem comunicar aos outros que o tem. Torres tinha desaparecido, pois não estava no quarto, nem em qualquer outro sítio. E todos com olhares desconfiados lá foram ao teu ex-quarto e então verificada a tua ausência ali começaram a espreitar por todos os cantos e sempre a dizerem com um sorriso nos lábios: - está escondido com certeza. Ao cabo d'algum tempo, olhavam uns para os outros e exclamavam: fugiu – não há dúvida!... Havia quem alvitrasse para se chamar o oficial de serviço e comunicar-lhe tal facto, mas isto não pegou e o segredo manteve-se até de madrugada. Às oito horas do dia seguinte o Alcides mandou chamar o oficial de serviço, para salvar um pouco as responsabilidades do pobre homem, e logo que chegou, disse-lhe: o Torres não está cá! Fugiu! – Ai o maroto, isto em voz magoada – que me perdeu; pronto, já sei, tenho que me preparar para seguir para S. J. da Barra. E, cabeça baixa, triste como a noite, tal e qual como um Cristo, lá se foi a caminho do seu Calvário. Fazia pena o pobre do homem. Ao meio-dia lá veio o tartufo do comandante acompanhado por aquele, à procura dos rastos de tão audaciosa fuga. Os muros foram bem examinados e era engraçado vê-los com os olhos em alvo e nariz arrebitado, como os cãesinhos à espera dum chocolate. Nesta ocasião chegou minha mulher e o Barroso e ao chegarmos à porta, o homem mau que estava então no corredor, vendo-nos disse: hoje não há visitas, têm que sair; cabo chama o Sr. oficial de serviço. Começaram as represálias: Temos mais uma sentinela; mais três contagens, quer dizer, não saem visitas sem que nos tenham contado e fechado, como fazem aos soldados, recordas-te ainda? Às sete horas é-nos fechada a porta, o que nos atrapalha bastante por causa do serviço de jantares e faxinas. Ontem um de nós chegou-se à janela e logo a sentinela repontona*



*o obrigou a retirar. Todos protestámos, mandámos chamar o oficial de serviço e então foi-nos dito que o comandante da guarda tinha interpretado mal as ordens superiores, etc. De noite um soldado disparou a espingarda e isto explica a agitação do pessoal. Lá fora os comentários são interessantes: uns dizem que saíste transformado em dama; outros, que saltaste o muro atirando-te ao rio e se não fosse um pescador heróico teria que ser festim dos peixes; na baixa, alguém disse: um já cá está, era para os momentos que correm o mais necessário, por isso se foi buscar. E estes comentários não ficam por aqui, a imaginação é grande e o povo precisa de histórias. Cá na casa, andam doidos, não sabem o que pensar, mas persistem na ideia de que saíste transformado em faxina e de cabaz na mão. O capitão de olhos sempre no chão, teve num momento este dito: ele foi actor... mas ninguém reparou, nem completaram a ideia a que podiam ser levados por essa expressão.*

*Este homem merece uma carta tua; desculpa-te como puderes e diz-lhe que foi a fatalidade – porque tinha que ser nesse dia. Não te esqueças também do caixote e de mandares abraços a todos os camaradas – eles ficarão satisfeitos.*

*Abraça o amigo*

*Luís Seca*

Aires Torres voltou à clandestinidade e à organização de golpes, sendo classificado pela polícia como “um dos principais agitadores de aquém Coimbra”, tal como consta no seu cadastro, organizado pela Polícia de Informações do Ministério do Interior, presente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Em 14 de Junho de 1932, viria a ser novamente detido na Casa de Reclusão do Porto, de onde seria libertado a 7 de Dezembro de 1932, ao abrigo da amnistia decretada pelo governo de Salazar aquando da instauração do Estado Novo.

Voltou à vida militar, percorrendo várias unidades pelo país e repetindo-se os conflitos com as hierarquias militares e consequentes processos disciplinares.

Em 1946, tendo já abandonado o exército, Aires Torres, passou a exercer funções de Chefe dos Serviços de Propaganda da Mabor, Fábrica de Manufatura de Borracha, fundada em 6 de Abril de 1946, a convite de Júlio Anahory de Quental Calheiros, Conde da Covilhã. Alguns anos mais tarde, Aires Torres viria também a abandonar a Mabor, em conflito com um superior hierárquico.

Ainda em 1946, Aires Torres publicou o seu segundo livro de poemas intitulado *Anda às Voltas o Mundo*, no qual expressava a sua visão do mundo na ressaca da II Guerra Mundial, e numa época em que Portugal vivia em pleno regime Estado Novo.

Tal como *Inquietação*, também *Anda às Voltas o Mundo* foi largamente elogiado pela crítica, apesar de serem evidentes as tendências oposicionistas do autor. Aires Torres, para além de atacar o regime, criticava também a passividade dos cidadãos perante as injustiças da ditadura.



Em 1958, iniciou uma colaboração poética esparsa no *Jornal de Felgueiras*, da qual extraímos *O Mundo Novo*, publicado em 8 de Agosto de 1959.

*O mundo que aí vem...  
É o que a gente imagina! E o que se espera!  
E a pena que se tem  
De já não sermos nós a ver a nova era!  
Afinal, sem razão, pensando bem:  
Se o mundo é sempre novo em cada hora,  
E se, nos anos todos que se contam,  
Não deve haver dois dias iguais,  
Bem podemos, sem pena, ir embora...  
Que, amanhã, como hoje, como ontem,  
Sempre se há-de nascer cedo de mais.*

Nessa época, Aires Torres vivia entre a Casa da Lage, em Celorico de Basto – de onde contemplava o “seu” Marão – e o Porto, onde era presença assídua na vida cultural, participando em tertúlias n’A Brasileira e no Ateneu Comercial do Porto, assistindo à actividade do Teatro Experimental do Porto (do qual foi um dos primeiros associados), e contemplando o mar, na Foz.

Nos últimos anos de vida Aires Torres padeceu de uma doença que diminuiu as suas faculdades intelectuais, acabando por vir a falecer, com 84 anos, no dia 10 de Fevereiro de 1979, na sua casa da Rua Alves da Veiga, no Porto. Devido à doença, Aires Torres já não se viria a aperceber da revolução de 25 de Abril de 1974, que devolveu ao povo português a liberdade e a democracia, pelas quais lutou ao longo da vida.

# A identidade transmontana em Miguel Torga

*Maria Hercília Agarez*

*“Para mim Trás-os-Montes não é uma paisagem: é uma fisiologia”.*  
*M. Torga*

Longe de Portugal faltariam a Torga, segundo as suas palavras, “o dicionário da terra, a gramática da paisagem e o Espírito Santo do Povo.” Foi essa a resposta que deu, de passagem por Paris, a um grupo de emigrantes que lhe sugeriram fixar-se nessa cidade onde poderia ser um escritor sem mordças. Recorda esse episódio no Quarto Dia de *A Criação do Mundo* e no *Diário* XVI no discurso proferido na Escola Miguel Torga, em Sabrosa, onde foi inaugurar uma estátua sua em bronze.

Embora se defina como um “português hispânico” e por mais que se sinta em casa ao percorrer, com grande frequência, a pátria de Unamuno, é o seu país, com a sua identidade, a sua cultura, a sua corografia, que Torga ama. Primeiro, o seu Portugal todo, essa “nesga de terra debruada de mar” de que fez matéria do livro homónimo. De regresso de uma das muitas viagens que fez pelo mundo, registou no *Diário* VII: “A pátria tem pelo menos a vantagem de ser como a roupa velha: anda-se bem dentro dela.” Depois (ou antes?) Trás-os-Montes e Alto-Douro, região demarcada por esse dois ícones paisagísticos que são as fragas e o rio: “Cá estou de novo plantado no centro da minha paisagem, como uma macieira no centro da sua leira. Dum lado a escadaria que leva ao Doiro, e do outro o iceberg do Marão”. Foi essa a sua matriz humana e cultural onde se plasmou o seu carácter de homem insubmisso e de poeta rebelde: “as coisas mais válidas que escrevi sabem à terra nativa que trago agarrada aos pés”; “O pouco que sou devo-o às fragas. Foi a pisá-las que aprendi a conhecer a dureza do mundo e a alimentar o ímpeto que se não resigna à lisa sonolência duma paz interior espalmada”.

O tema que nos propusemos abordar é uma das várias recorrências da obra do poeta, transversal a quase toda ela. Dizemos isto se considerarmos as identidades que cabem numa identidade: idiossincrática, corográfica, orográfica, hidrográfica, linguística, etnográfica, arquitectónica e arqueológica, gastronómica, religiosa.

Na ficção narrativa e dramática de matriz rural o leitor depara-se com efabulações inspiradas em realidades sociais, comportamentais, antropológicas e outras que faziam parte de um quotidiano espaço-temporal comum às gentes do campo e que inclui as romarias, os trabalhos, as tradições, as crenças, o apego à terra herdada, o modo como reagiam em situações de afronta, como é o caso da defesa da honra, da vingança, do exercício da justiça feita pelas próprias mãos.

Mas é sobretudo ao *Diário* que recorreremos para dele extrair as citações a apresentar ao longo do nosso estudo por ser ele, como escreve Clara Rocha, em “O Diário de Miguel Torga” in *O Cachimbo de António Nobre e outros ensaios*: “testemunho de um tempo e de um espaço, registo da paisagem física e humana, procura de uma identidade colectiva...”

A obstinação de Miguel Torga em denunciar acusatoriamente os atentados a que foi assistindo sem capacidade para travá-los, pode levar à conclusão que ele defende o atraso, o estado primitivo e imaculado de lugares, as penosas condições de vida das gentes humildes e trabalhadoras (em termos de habitabilidade, de exploração e de dignidade humana), a tortuosidade de caminhos, os difíceis acessos às povoações recônditas, etc.

Se, movido por imperativos de ordem social o escritor não pode negar os efeitos positivos do progresso tecnológico, assume, contudo, não serem capazes de inspirá-lo poeticamente as suas façanhas. Embora inevitável, deveria poder ele ser compatível com os registos do passado, com a preservação dos traços identitários que constituem a memória colectiva de um povo cujas raízes mergulham na penumbra dos tempos.

No prefácio que escreveu, em 1988, para a edição inglesa do seu romance *Vindima*, com primeira edição de 1945, o autor explica ao “Querido leitor” por que razão, apesar das décadas que separam as duas edições, manteve as situações entretanto alteradas. Escreve: “Desapareceram os padrões tirânicos, as cardenhas degradantes, os salários de fome. As rogas descem da Montanha de camioneta, a alimentação melhorou, o trabalho é menos duro. Também o rio já não tem cachões, afogados em albufeiras de calmaria.

E, contudo, julgo sinceramente que não cansarás ingloriamente os olhos na contemplação do painel que pinteï. Conhecer o passado ajuda às vezes a entender o presente”. *Diário XV*, p. 98

A consciência da importância da preservação do que ainda resta daquilo que distingue os transmontanos (nem melhores nem piores do que os outros, apenas diferentes) está patente nos objectivos traçados pela recentemente criada Academia das Letras Transmontanas, preocupada com “a situação em que o mundo se encontra, com globalismo sem governança. (...) Nos momentos de crise o recurso às identidades

aparece como fundamental”.

Para que não haja dúvidas sobre a verdade e o rigor dos registos feitos por Torga da maneira de sentir e de agir do seu povo e das manifestações da sua cultura, convém traçar-lhe o perfil de andarilho que nos parece bem retratado no texto que se segue:

“(…) Atravessando o País de norte a sul, palmilhando vales e montanhas, visitando igrejas, ermidas, todos os velhos recantos e retábulos da província, examinando nichos e painéis, entrando em conventos e sacristias, devassando solares, adros, monumentos, estalagens, estudando costumes, identificando quadros, percorrendo romarias, descrevendo horizontes, calcorreando estradas, pode dizer-se que esse viajante incansável foi o primeiro organizador do inventário artístico português, o primeiro que nos deu o gosto pelo folclore, o grande evocador das nossas tradições populares, o mais apaixonado coleccionador das nossas belezas regionais, o verdadeiro fundador da paisagem na literatura portuguesa.”

Estas palavras, escritas por Augusto de Castro, referem-se a Ramalho Ortigão.

(Augusto de Castro, “Ramalho Ortigão, seu exemplo e sua obra” in *As Farpas* I, clássica editora, Lisboa, 1986)

Se é certo que o autor de *As Farpas* foi o primeiro inventariador dos recantos e encantos de Portugal, o nosso escritor foi, cremos, o segundo, com a vantagem, para os seus comprovincianos, de privilegiar a ruralidade da sua região.

Perante a diversidade e a quantidade de textos que contemplam a temática em causa, optámos por abordar neste trabalho os seguintes itens: identidade paisagística, etnográfica, arquitectónica e arqueológica e linguística. Para tal socorremo-nos de alguns dos dezasseis volumes do *Diário*, de *A Criação do Mundo*, dos Contos de matriz rural, de *Terra Firme*, das Conferências *Trás-os-Montes no Brasil* e *Um Reino Maravilhoso*.

Antes de começarmos, queremos chamar a atenção para o inestimável contributo do autor na identificação de quantos traços distinguem a realidade transmontana e na denúncia de quantas atitudes (oficiais e particulares) conduziram ao seu irreversível e quase total desvirtuamento.

Mais atraído pelo campo do que pela cidade, sobretudo quando esta é Lisboa a que chama a “Lusa Alexandria da nossa decadência” e que acusa de ser “capital do nada”, Miguel Torga, nas suas errâncias por terras lusas de que as transmontanas recolhem a preferência, assume, sobre o que vê, ouve e sente, o papel de um jornalista/repórter, embora os seus relatos se revistam de subjectividade e de literariedade, traços que os enriquece esteticamente, assegurando ao leitor o “prazer do texto” de que fala Roland Barthes.

Independentemente do motivo de interesse de que o local visitado se reveste,

encontramos um homem obstinado em captar as mais ínfimas marcas da cultura popular, trate-se de uma humilde ermida alcandorada no cocuruto de uma serra, de uns cantares vindos de um grupo na apanha da azeitona, de desavenças atávicas entre aldeias vizinhas, de vestígios da ocupação de povos ocupantes, da realização de festividades religiosas e/ou profanas, de hábitos comunitários como o forno do povo, as vezeiras, e outros.

Apesar da transversalidade do tema que nos propusemos tratar, privilegiaremos o *Diário*, como atrás afirmámos, dado o carácter prático de que se revestem as suas páginas escritas *in loco*. Além disso, a datação das entradas antecedida do local, permite-nos fazer uma localização dos factos registados no espaço e no tempo, visualizá-los e melhor compreender a oportunidade e justeza das observações feitas. Exemplificamos. Dois textos sobre o Douro escritos um antes e ou outro depois da sua navegabilidade hão-de relatar realidades diferentes, inspirar ao escritor diferentes sentimentos e despertar nele emoções díspares.

Além da obra atrás referida, não podemos negligenciar as conferências “Trás-os-Montes no Brasil, apresentada em S. Paulo e no Rio de Janeiro em Agosto de 1954, e “Um Reino Maravilhoso” que, do *Livro de Actas do II Congresso transmontano*, de 1941, saltou para o livro *Portugal* editado pela primeira vez em 1950.

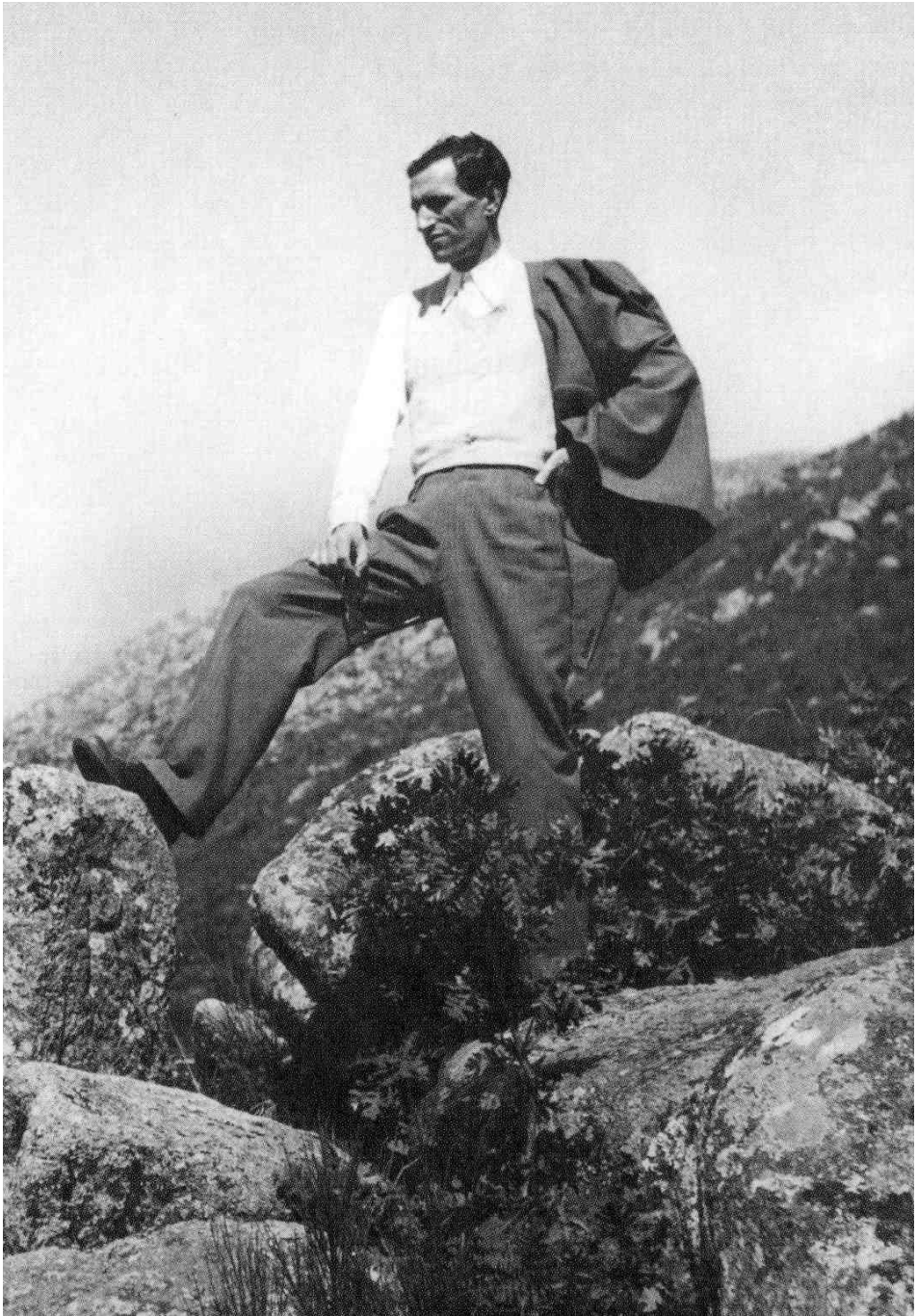
Ambos os textos são de leitura indispensável dada a exaustiva enumeração de quanto constitui a identidade transmontana em todas as suas vertentes. Com elementos necessariamente comuns, como o carácter do homem transmontano, a riqueza e variedade corográfica, os usos e as tradições, os produtos da terra, as manifestações religiosas, a exuberância multifacetada da paisagem natural e edificada – “Ver uma encosta de Barca de Alva coberta de flores de amendoeira, ou o solar de Mateus a emergir dum mar de corolas sortidas, é contemplar o inefável” – cada comunicação tem a sua especificidade.

A primeira evoca as rogas, regista o vestuário típico de trabalhadores rurais, sejam eles pastores ou podadores, refere o artesanato representado pela olaria de Bisalhães, lembra o rigor da preparação do fumeiro, chama a atenção para a expressividade de provérbios e de alcunhas e, *last but not least*, exprime a obrigação dos habitantes de manterem viva a memória dos tempos idos: “Temos de semear as lombas, de erguer socalcos, de ceifar trigos, de preservar as falas, de manter os usos, de aprender o rifoneiro, de fazer parte do conselho do povo. Trabalhar, prolongar e vivificar uma tradição. Regar a terra a suor, e manter na redoma da lembrança, viva como relíquia eternamente a sangrar, a lição do passado”.

Referindo-se a práticas populares tão enraizadas como a Serração da Velha e a Queima do Judas, Torga escreve:

“Vistas pela cegueira da pressa turística e da ignorância engomada, podem parecer velharias caturras, móveis anacrónicos no sótão poeirento de uma casa. Mas não. Encarnam forças mais duradoiras do que a razão leviana que as invalida. São conquistas humanas definitivas, tornadas mitos, símbolos, rituais. Realidades já coroadas de sobrenatural, vida que não se desprende da cepa mas floriu no céu azul





Miguel Torga

da transfiguração. E assim cada cruzeiro é um calvário de agonias, cada ruga uma iniciação propiciatória, cada mortório do Doiro um Olimpo abandonado.”

Em “Um Reino Maravilhoso” é exaltada a riqueza do solo, quer enquanto ventre materno fértil que nos dá o azeite, o pão, a castanha e outros frutos como a cereja, a amêndoa e a laranja, o linho, a cortiça, o vinho, seja ele de moscatel, de alvaralhão, de malvasia, quer como esconderijo de riquezas minerais que vão das águas termais ao ouro ou ao volfrâmio. Não faltam as referências à fauna característica com destaque para a perdiz, a truta, o bicho-da-seda e o boi de Miranda.

## O CHÃO E O VERBO/A PAISAGEM E A LÍNGUA

A região de Trás-os-Montes e Alto Douro que engloba trinta e oito concelhos apresenta uma diversidade paisagística feita de alternâncias e contrastes. Serras, veigas, planaltos, rios e ribeiros, vinhas e olivais, soutos e amendoais. Uma paisagem variegada, alguma dela incólume como os “mares de pedra” do Alvão e do Marão, é um património natural resistente aos efeitos erosivos da marcha do tempo. Como a entrada que se segue demonstra, é ela juntamente com a língua, a identidade mais autêntica e mais bem preservada.

*Pampilhosa da Serra, 25 de Novembro de 1979* – Ao cabo de muitos e afanosos anos a percorrer Portugal – as suas mais recônditas aldeias visitadas, as suas mais secretas intimidades surpreendidas –, chego a esta triste conclusão: de tudo o que fomos, restam-nos apenas a paisagem e a língua. O resto foi-se. As rodas e as asas do progresso, a rádio, o cinema, a televisão, a onda de retornados e o fluxo e refluxo de emigrantes subverteram e desfiguraram irremediavelmente a nossa realidade social e cultural. Usos e costumes pervertidos, arquitectura adulterada, memória perdida dos valores ancestrais. Terras que conheci arcaicas há uma dúzia de anos, estão hoje irreconhecíveis. E quem queira encontrar ainda em qualquer parte testemunhos da nossa identidade tem de olhar os panoramas e de ouvir falar. O chão e o verbo. Só neles persiste a pátria primordial como latência e vestígio. *Diário XIII*, pp. 120-121

A escrita do *Diário* foi iniciada a 3 de Janeiro de 1932 e terminada em 10 de Dezembro de 1993. Contudo convém assinalar a data da última entrada escrita no volume XVI (o último) fora de Coimbra em cujo hospital viria a falecer: Chaves, 6 de 3 Setembro de 1992. Significa isto que foram mais de 60 anos de peregrinação por todos os pontos de Portugal, com prevalência pela região transmontano-duriense.

O facto de, ao longo do período referido, ter tido a oportunidade de revisitar os mesmos locais, de assistir às mesmas festividades religiosas e pagãs, de frequentar as mesmas termas, de observar os mesmos costumes e tradições, permitiu ao diarista assistir às transformações operadas nas paisagens física e humana, às adulterações de vária ordem que conduziram, irreversivelmente, a uma uniformização arquitectónica,

comportamental e cultural para a qual contribuiu a falta de vontade ou a impotência dos agentes a quem competiria desenvolver um esforço de preservação.

### **O chão: Trás-os-Montes**

De todos os textos insertos no livro *Portugal* e referentes a províncias, cidades ou regiões, apenas Trás-os-Montes surge antecedido de um epíteto metafórico a funcionar como irrecusável convite a que se junta a proverbial expressão “Entre Quem é” – “Um Reino Maravilhoso”.

A pluralidade paisagística deste reino encontra-se assim esquematizada:

“Terra-Quente e Terra-Fria. Léguas e léguas de chão raivoso, contorcido, queimado por um sol de fogo ou por um frio de neve. Serras sobrepostas a serras. Montanhas paralelas a montanhas.

Nos intervalos, apertados entre os lapedos, rios de água cristalina, cantantes, a matar a sede de tanta angústia. E de quando em quando, oásis de inquietação que fez tais rugas geológicas, um vale imenso, dum húmus puro, onde a vista descansa da agressão das penedias. Veigas que alegram Chaves, Vila Pouca, Vilariça, Mirandela, Bragança e Vinhais.

Mas novamente o granito protesta. Novamente nos acorda para a força medular de tudo. E são outra vez serras a perder de vista.”

Seguem-se curtas citações em que está patente o propalado telurismo torguiano:

***S. Martinho de Anta, 12 de Julho de 1969 – Sempre que venho por aí acima, começo a avistar o Marão e o Doiro, e me ponho a pensar na morte, o que mais me entristece é não poder deixar em testamento os olhos à filha. Diário XI, p. 49***

## **OROGRAFIA**

**Fragas da serra, duras testemunhas  
De acusação do tempo, Orfeu cansado  
Que descarna os poemas e os desdenha.  
Cada perfil ossudo debruçado  
Sobre o abismo a que vive condenado  
E onde o próprio silêncio se despenha**

*Diário VII*



**“Este Trás-os-Montes da minha alma! Atravessa-se o Marão, e entra-se logo no paraíso.” *Diário I*, p. 67**

***S. Martinho de Anta, 8 de Maio de 1971 – S. Domingos, S. Leonardo, a Senhora da Azinheira, o Poio...***

**As páginas capitais de uma antologia panorâmica da minha geografia nativa, que mostro sempre atento à reacção dos visitantes, à espera de os surpreender numa leitura mais isenta e flagrante do que as muitas que tenho tentado. (...) *Diário XI*, p. 134**

***Miranda do Douro, 3 de Agosto (1947) – Até que enfim! Mas não foi o menino Jesus da Cartolinha que vim ver, nem mesmo uma rua quinhentista tal e qual como a deixaram os pedreiros manuelinos. Foi o planalto transmontano, adusto, largo, arejado, guardado por esta severa sé de granito, erguida diante dos olhos castelhanos como a cruz dos crentes alçada diante da tentação de Satanás. *Diário IV*, p. 53***

## **O Doiro**

No livro *Portugal* Torga dedica um capítulo ao Douro. Embora esteja entre os três mais curtos dos catorze que o constituem, o autor, numa economia de palavras característica da sua escrita (“eu sou avaro das palavras”), exprime eloquente e sinteticamente a grandiosidade da paisagem duriense, tantas vezes exaltada nas suas páginas.

“Douro, rio e região, é certamente a realidade mais séria que temos. Nenhum outro caudal nosso corre em leito mais duro, encontra obstáculos mais encarniçados, peleja mais arduamente em todo o caminho. (...) Beleza não falta em qualquer tempo, porque onde haja uma vela de barco e uma escadaria de Olimpo ela existe. (...) E é no mapa da pequenez que nos coube, a única evidência incomensurável com que podemos assombrar o mundo.” “O Doiro” in *Portugal*, pp. 46-47

É dos miradouros (neste caso miras-Douro) que, pela sua altitude, melhor a vista pode abranger o conjunto exuberante do rio e das vinhas, imagem de marca de uma região a que o turista, finalmente, dá o justo valor. Escolhemos o mais emblemático onde, além da soberba paisagem, o visitante pode ler dois textos do poeta reproduzidos em azulejo: o poema “S. Leonardo” – “À proa dum navio de penedos/A navegar num doce mar de mosto –, na parede da capelinha, e o que passamos a citar, abrigado por árvore frondosa, cúpula natural a abrigar os visitantes e a convidá-los ao recolhimento.

***S. Leonardo de Galafura, 8 de Abril de 1977 – O Doiro sublimado. O prodígio de uma paisagem que deixa de o ser à força de se desmedir. Não é um panorama que os olhos contemplam: é um excesso da natureza. Socalcos que são passadas de homens titânicos a subir as encostas, volumes, cores e modelações que nenhum escultor, pintor ou músico podem traduzir, horizontes dilatados para além dos limiares plausíveis da visão. Um universo virginal, como se tivesse acabado de nascer, e já eterno pela harmonia, pela serenidade, pelo silêncio que nem o rio se atreve a quebrar, ora a sumir-se furtivo por detrás dos montes, ora pasmado lá no fundo a reflectir o seu próprio assombro. Um poema geológico. A beleza absoluta. Diário XII, pp. 176-177***

Também o rio Douro sofreu grandes transformações exigidas pelo progresso que lhe concedeu uma navegabilidade tranquila. A realidade poética de um antes e a evidência prosaica de um depois são assinaladas nas entradas que se seguem:

*Aregos, 13 de Abril de 1963 – Subo e desço incansavelmente as margens do Doiro, o meu rio – porque me orvalha o berço, porque reflecte a mais bela paisagem que conheço, porque é jovem, porque é uma realidade e um símbolo português, porque é peninsular... Torrente sem gorjeios líricos, espelho negado a Narcisos, tormento líquido, – não me basta saber isto de cor e salteado. Preciso de o comprovar sempre que posso, a ouvir gemer os rabelos, a mergulhar os olhos na levada terrosa, a testemunhar a fúria dos cachões.....Diário IX, p. 170.....*

*Quinta do Vale de Malhadas, Freixo de Numão, 8 de Dezembro de 1979 – O Doiro magro e viril, que ainda não há muito desci de barco rabelo e de credo na boca, a saltar de sorvedouro em sorvedouro, ei-lo agora entoirido, manso, parálítico, passeado numa lancha a vapor, sem sobressaltos de qualquer ordem. Os homens são assim. Passam a vida a destruir levianamente os cachões que experimentavam a valentia e os veleiros em que os venciam, e espanejam-se depois como patos marrecos nas águas podres da desilusão. Diário XIII*

## **Uma identidade (quase) perdida**

**“O mundo caminha nas rodas do progresso, e atrás dele lá vai a atamancar a nossa harmonia bucólica e faminta.”**

Vem-se verificando a vários níveis, um pouco por todos os espaços, sejam eles urbanos ou rústicos, a progressiva perda de uma identidade que poucos se preocupam em preservar. A explosão demográfica trouxe-nos os candidatos a arranha-céus, a melhoria das condições de vida dos habitantes das aldeias e a influência da emigração destronaram os materiais da região em construções com mansardas onde imperam o alumínio dourado, o azulejo garrido, os dragões, os leões e as águias a servirem de identificação

clubista. Conotados com uma pobreza habitacional de infância, esconjuraram-se o granito e o xisto. A permissividade das entidades competentes conduziu a um caos urbanístico e a flagrantes agressões à paisagem natural. Construíram-se moradias clandestinas que por aí se encontram, de tijolo e cal.

Outros factores de adulteração da identidade transmontana (arquitectónica, arqueológica, etnográfica) são apontados pelo autor de *Bichos* em numerosas entradas do seu *Diário* de que seleccionámos as que se seguem e que dispensam qualquer comentário da nossa parte.

*Cimo de Vila, Chaves, 14 de Setembro de 1963* – Pátria desmoronada! Tudo nela cai aos bocados. Os monumentos, o carácter e a própria fê. Agora, a incúria do abade e dos fiéis até deixou que abatesse o tecto desta serrana capelinha românica de S. João, e consente que se percam no montão de ruínas, partidos, os rústicos modilhões que faziam dela uma raridade cultural. (...) *Diário XIV*, p. 65

*Castro Laboreiro, 17 de Julho de 1976* – Como um clínico que assiste impotente à agonia de um moribundo, a sentir-lhe o pulso apagar-se lentamente debaixo do polegar aflito, assim eu acompanho há anos a progressiva degradação desta terra, que preservou séculos a fio, inalteráveis, sacrossantos valores humanos e sociais, e hoje quase só pode garantir, a quem a visita, a pureza e a autenticidade do ar que respira e da água que bebe. Tudo o mais se abastardou. O carácter das construções e dos trajés, a sobriedade da alimentação, o tipismo das falas, as práticas agro-pastoris. Foi aqui, em Vilarinho da Furna e em Rio de Onor que vi pela primeira vez ao natural criaturas de Deus na sua plenitude livre e solidária. E – já que Vilarinho da Furna desapareceu do mapa, engolida por uma albufera – é em Rio de Onor e Castro Laboreiro que o meu comunitarismo impenitente mergulha as raízes.....” *Diário XII*, pp. 152-153

*Tinhela, Chaves, 8 de Setembro de 1989* – Cá ando a inventariar, numa ternura estrangulada, o Portugal remoto e arcaico que nos resta. Um Portugal sóbrio e digno, de solares arruinados e calçadas gastas pelos socos do tempo, que porfia na sua identidade profunda, a respirar a custo ao lado dum outro espalhafatoso e presumido que o nega de raiz e é apenas uma pátria de férias. (...) *Diário XV*, p. 185

*S. Martinho de Anta, 22 de Dezembro de 1975* – Portugal transformado num paradoxo: ou assombrado por aldeias mortas, as silvas a apertar num abraço maninho paredes encardidas que cercaram calor humano, ou embandeirado de moradias exóticas que parecem alucinações de arco-íris. A avalanche emigratória, transplantando brutalmente para as grandes metrópoles populações inteiras que nunca tinham saído do agro, foi catastrófica para o equilíbrio corográfico do país. (...) Degradados na própria inocência, somos hoje um mostuário de tintas e a vergonha dos olhos. *Diário XII*, pp. 141-142

*Bragança, 1 de Maio de 1976* – Pareço um fiscal a percorrer a pátria. Passo por Foz Côa, e apresso-me a ir ver se a igreja manuelina ainda se aguenta nos alicerces; chego aqui, e subo ao castelo, entro na Domus Municipalis, visito o museu, de coração apertado, não as tenha o diabo tecido; amanhã, em Miranda, Deus sabe as desilusões que me esperam na rua da Costanilha. É que o Portugal que valia a pena, o Portugal original, o Portugal de rosto singular, está por um fio. Em cada terra resta apenas um vestígio. E são esses fragmentos de uma fisionomia própria que inventario incansavelmente. É com eles que os vindoiros poderão reconstituir a nação que já houve. Lineu partiu também de um simples osso... *Diário XII*, p. 147

*S. Martinho de Anta, 22 de Março de 1978* – A feira. O espelho local onde se reflecte a perdição do mundo. Acabou o artesanato, a expressão singular da actividade humana. Nem um barro modelado, nem uma manta tecida à mão, nem um ferro forjado. Plástico a todos os níveis. E o mais trágico é que ninguém dá por isso. Ninguém parece lembrar-se sequer do latoeiro, do cesteiro ou do tanoeiro que ainda há pouco eram presenças sacramentais nos pontos privilegiados do largo, à frente do mostruário das suas obras manufacturadas. Montes e montes de produtos incaracterísticos, feitos em série, enfartam agora os compradores. Nem escolha possível, nem gosto possível, nem objecção possível.” *Diário XIII*, p. 26

*S. Martinho de Anta, 20 de Setembro de 1979* – Acabou-se o bucolismo. A volatina gratuita com que no passado um melro vadio me acordava ao amanhecer foi substituída pelo ruído útil de uma moto-serra. A técnica chegou também aqui. A lenha para o Inverno, que morosos carros de bois traziam, a chiar, das matas, e machados serviçais rachavam em cadência, é transportada agora por apressados e roufenhos tractores e feita em cavacos mecanicamente. É um progresso. Mas eu é que não consigo honrá-lo em verso. *Diário XIII*, p. 112

Entrando no campo da etnografia, e atendendo às limitações de tempo, referimos apenas a presença de registos feitos por Torga sobre “O Auto da Paixão”, “A Queima do Judas”, “O Entrudo”, “A Encomendação das Almas”, “O Forno comunitário” (ou do povo), “As Vezeiras”, “A Matança do Porco” e outras. Como exemplificação optámos por citar dois textos referentes às Chegas de Bois, provavelmente a tradição mais popular de terras do Barroso cuja descaracterização aqui fica documentada.

*Montalegre, 11 de Janeiro de 1970* – Avisado por um amigo de que havia hoje cá na terra uma chega de toiros, meti-me a caminho debaixo dum temporal desfeito, e tanto teimeei com a chuva, o vento e o granizo, que consegui chegar a horas de assistir ao combate. E valeu a pena. Se há em Portugal meia dúzia de espectáculos que mereçam ser vistos, este é um deles. (...)

Não é, contudo, a luta gigantesca, apesar de empolgante, o que mais diz ao espectador forasteiro. É o halo humano que a envolve, os milénios de ancestralidade

que ela faz vir à tona da assistência. Símbolo de virilidade e fecundidade, o boi é na região o alfa e o ómega do quotidiano. Cada povoação revê-se nele como num deus. Vitorioso, cobrem-no de flores; derrotado, abatem-no impiedosamente.”

*Travassos do Rio, Montalegre, 29 de Agosto de 1991* – Notabiliza este lugar um baixo relevo na torre sineira a figurar a cabeça dum toiro, que foi campeão invencível nas turras do seu tempo e os habitantes, ufanos de tanta valentia, quiseram perpetuar.

Vou rememorando: Cornos das Alturas, Cornos da Fonte Fria, Tourém, Toural, Pitões.

Era assim antanho. Por todo o lado a mesma obsessão a tutelar as consciências. O mal é que o povo, em meia dúzia de anos, deixou apagar nos olhos a imagem viril, e perdeu a identidade. O Barroso de hoje é uma caricatura. Sem força testicular, fala francês, bebe coca-cola, deixou de comer o pão de centeio do forno comunitário, assiste a chegadas comerciais, em campos de futebol, com bilhetes pagos e animais alugados. É um nédio boi capado. *Diário XVI*

### **Identidade linguística – o verbo**

**“A linguagem concreta do povo! Converso com esta gente e tenho sempre a impressão de que estão a fazer a vida em cada palavra. Nenhuma abstracção, nenhum devaneio, nenhuma superficialidade. Tudo o que contam parece que palpita. Mesmo o passado se torna presente se o evocam. Dir-se-ia que na boca deles os verbos só têm um tempo: o que decorre”.** *Diário XII*, pp. 134-135

Se Aquilino Ribeiro foi o grande preservador do linguajar beirão, Torga terá sido, no seu tempo, um dos escritores que mais ciosamente recorreu ao emprego de regionalismos transmontanos e alto-durienses, a de João de Araújo Correia.

A identidade linguística está, também ela, em vias de extinção devido ao aumento da alfabetização, do acesso à escolaridade obrigatória, da desertificação das aldeias, da escassez de tempo que as crianças passam com pais e avós, do apelo incontrolável que sobre elas exercem a televisão e os computadores.

Tal fenómeno verifica-se relativamente à pronúncia como pudemos verificar enquanto docente em escola de Vila Real.

Como é óbvio, é na sua obra de ficção narrativa e dramática de inspiração rural (*Bichos, Contos da Montanha, Novos Contos da Montanha, parte de Pedras Lavradas e Terra Firme*) que mais abundam vocábulos e expressões regionais, provérbios e alcunhas. Para garantir a verosimilhança, o autor do texto ficcionado recorre a várias estratégias, entre as quais se inclui a linguagem utilizada, em diálogos curtos e incisivos, pelas gentes do povo, com o seu tipicismo tão expressivo que o leitor, mesmo desconhecendo este ou aquele termo, esta ou aquela expressão, facilmente descodifica o seu sentido.

É mais escasso o emprego de regionalismos na restante obra torguiana, embora encontremos no 1º dia de *A Criação do Mundo*, palavras como regrões (lápís de lousa), desembelinhar (as pernas), escarrapanchado, miunçalha, lombeirice, chafedes, aldeano, mandileiro (mandrião), lapantim, migalho, e expressões como abrir as entendedeiras, mandar peso, muito que bem.

A título meramente exemplificativo, passamos a registar alguns regionalismos familiares aos transmontanos e/ou compreensíveis pelo contexto. Assim, em *Contos da Montanha*, deparamo-nos expressões como ala morena, bondou de bem, traga-mundos, pela mansa, mandar à tábua, com trinta milheiros de diabos, isso vírgula, pelos modos, o mais pintado, perna lézara, estonado de fome, voga bem. Em *Novos Contos da Montanha* surgem-nos churro, ancho, entoirir, pichorra, fedunças, cuneta, apresigo, miçoilo, guicho, galdrona, fatinário, vamos ao caso que, lançar o caldo, isso vírgula, meio alqueire. Em *Bichos*, colectânea de contos protagonizados maioritariamente por animais cujo habitat é a aldeia, aparecem cornambanas, acavalitado, pexotice, salamurdo, mulheredo, mãos garanhas, melhor fora!, folestria, antes de um credo, rilhadinho (de vício), chasquiçar (batatas), bonito (usado como substantivo), costelo (armadilha de apanhar pássaros).

O drama em três actos *Terra Firme*, onde todas as personagens que dialogam são camponeses, oferece-nos, também, as suas pérolas linguísticas como aldeagante, presentearia, rinchedo, sevandejar, à espera do cão que manqueja, língua de saca-trapos, alto lá com o charuto!

## **Identidade arqueológica**

O gosto de Torga pela arqueologia deve-se, entre outras razões, à presença de numerosos vestígios pré-históricos nas imediações da sua terra natal como o próprio lembra no discurso referido no início desta comunicação: “Aqui mesmo ao nosso lado, a aldeia que me foi berço, S. Martinho de Anta, ou das Antas, tem no próprio nome o atestado dessa ancestralidade megalítica, ilustrada nos inúmeros monumentos que a rodeiam: mamoadas, uma há pouco escavada, e a segunda em tamanho do país, alinhamentos, cromeleques, menires...”

Em “Um Reino Maravilhoso escreve:

“De Celtas, Iberos, Romanos, Moiros, etc. e tal, e do tempo dos afonsinos, os velhos dão pouca relação. Em todo o caso mostram os dólmenes do Alvão, a Porca de Murça, a ara do deus Aerno, os castros desfeitos, os altares de Panóias, a ponte romana de Chaves e a Domus Municipalis de Bragança.” (*Portugal*, p. 40)

De todas as nossas heranças arqueológicas a mais frequentemente referida no Diário é o santuário romano em honra do deus Serápis cujo estado actual, registe-se, contraria as palavras do escritor.

*Panóias, Vila Real, 7 de Abril de 1955* – Os deuses morrem, realmente. Empenhados em cruéis guerras fratricidas, vítimas de permanente agressão dos homens, que os criam com a fê da ilusão e os analisam depois com a lógica da desilusão, liquidam-os finalmente a inconsciência dos turcos de sempre, que às duas por três os fazem ir pelos ares, transformando em paóis de explosão os templos onde eles habitam.

Cobertos de silvas e abandono, e com a carne ainda lacerada da dinamite que os agrediu, estes altares de granito são, no puro plano da fatalidade, o eco português da desgraça dos mármore de Atenas.

*Diário VII*, p. 179-180

Desta situação se faz eco o Dicionário de Pinho Leal: “segundo a tradição, grande quantidade dos materiais d’estas obras, foram conduzidos a Villa Real, para a construção das suas muralhas. É ainda referida, a título de exemplo, a presença de pedras lavradas e esculpidas, de mármore e jaspe, assim como de granito muito fino, que se não encontrava na região envolvente, na igreja matriz de Valnogueiras e na residência do pároco.

Em Julho de 1966, no *Diário X*, o escritor, numa visita ao santuário cuja proximidade da estrada que o leva a S. Martinho facilita, lamenta que as entidades oficiais não sejam capazes de: “arrancar do erário público meia dúzia de vinténs para cercar de respeito os altares arqueológicos da sua passada glória.”

Além da incúria e do vandalismo a que os vestígios do nosso passado remoto estão sujeitos, Torga acrescenta o desconhecimento de alguns o que, sendo a priori inadmissível, acaba por funcionar como uma auto-preservação. Vejamos um pequeno excerto de entrada escrita em Vilar de Celas em 22 de Setembro de 1972: “Estou sentado numa fraga, em frente dum alinhamento que a arqueologia nacional desconhece, e que deve ser único no país. Monumento misterioso, como todos os congêneres que existem no mundo, preservado na solidão da montanha, gosto de o visitar de vez em quando, desde que há anos o descobri nas minhas andanças venatórias.” (*Diário XI*, p. 178)

A partir de fins da década de cinquenta, Torga, sempre em busca da saúde, elege a cidade de Chaves para tratamento termal. De regresso recolhe-se à sua intimidade rústica, retempera forças, “tonifica a esperança”, encontra “a estabilidade perdida”. O texto que se segue é elucidativo quanto à sua paixão pelos monumentos pré-históricos em que a região é rica.

*S. Martinho de Anta, 21 de Setembro de 1984* – A ciência arqueológica resolveu escavar uma das muitas mamoadas que enxameiam a serra, monumentos megalíticos que a nimbam de mistério e desde rapaz venero como sacrários de uma ancestralidade a que sou fiel, preservada na memória arcaica e lembrada no próprio topónimo deste berço em que nasci. (...) Aflito com a notícia, lá fui a correr observar os trabalhos, e ainda

me não conformei com o espectáculo daquele esventramento inopinado e sacrílego. Tive a impressão de que estava a ser feita a autópsia do passado.....” (*Diário XIV*)

*Curral de Vacas, Chaves, 4 de Setembro de 1991* – Com metade da povoação a guiar-me, visita penosa à Pedra Pitorga, um abrigo pré-histórico gigantesco que deu segurança através dos tempos a sucessivas aflições. A ele se acolhi os primitivos habitantes da região, assediados por ursos, lobos, javalis, e outros inimigos. (...) Labirinto granítico oculto num matagal de giestas e carvalhas, nele me apeteceu resguardar também a dignidade de poeta neste tempo sem poesia que me coube. Mas o homem já não sabe identificar-se no seio da natureza.” *Diário XVI*, p. 101

*Chaves, 28 de Agosto de 1990* – Subida penosa ao castro da Curralha. Descobri Portugal sofregamente, em pecado de gula. Agora, arrasto-me por ele em penitência.” *Diário XVI*, p. 28

Terminamos, como começámos, com uma citação, desta vez um excerto de uma entrada do *Diário*.

*Gerês, 17 de Agosto de 1958* – Sou, na verdade, um geófago insaciável, necessitado diariamente de alguns quilómetros de nutrição. Devoro planícies como se engolissem bolachas de água e sal, e atiro-me às serranias como à broa da infância. É fisiológico, isto. (...) Empanturro-me de horizontes e montanhas, e quase me sinto depois uma província suplementar de Portugal.” *Diário VIII*, p. 149



## Memória do Encontro



## Grémio Literário Vila-Realense

### Encontro 'Saber Trás-os-Montes' *A Literatura Trasmontana e Alto-Duriense* 2 e 3 de Outubro de 2010

Dia 2 (sábado)	
<b>09h00</b>	. Recepção e entrega de documentação
<b>09h30</b>	. Sessão de abertura e apresentação da Revista <i>Tellus</i> , n.º 53 . Ernesto Rodrigues: <i>Literatura Trasmontana e Alto-Duriense: uma região sem paredes</i> . Pausa para café . A. M. Pires Cabral: <i>João de Araújo Correia e a linguagem popular</i>
<b>13h00</b>	. Almoço no Restaurante Paulo
<b>15h00</b>	. Visita à Casa de Aires Torres, em Parada do Pinhão . João Luís Sequeira e Frederico Amaral Neves: <i>Aires Torres: Horas da vida de um Republicano</i>
Dia 3 (domingo)	
<b>10h00</b>	. Maria Hercília Agarez: <i>A identidade trasmontana em Miguel Torga</i> . Pausa para café e pré-inauguração da Exposição 'O 5 de Outubro em Vila Real' . Isabel Maria Fernandes Alves: <i>Um diálogo entre a Poesia de A. M. Pires Cabral e a Ecocrítica</i>
<b>13h00</b>	. Almoço de Encerramento na Estalagem Quinta do Paço



**Grémio Literário Vila-Realense**

**Encontro 'Saber Trás-os-Montes'**  
***A Literatura Trasmontana e Alto-Duriense***  
2 e 3 de Outubro de 2010

Lista de participantes

A. M. Pires Cabral  
Ana Maria Botelho  
António Joaquim Lopes Fortuna  
Elísio Amaral Neves  
Ernesto Rodrigues  
Estela Laiginhas  
Estela Pinheiro Sousa da Rocha  
Frederico Amaral Neves  
Hélder Machado  
Isabel Maria Fernandes Alves  
Isabel Margarida Rego  
Isabel Maria Ramos  
João Luís Sequeira Rodrigues  
João Moreira de Carvalho  
Jorge Laiginhas  
José Alexandre Franco de Matos  
José Azenha da Rocha  
Manuel da Silva Marques  
Manuel Martins de Freitas  
Manuel Alves Sousa  
Maria Cândida Machado  
Maria da Assunção Anes Morais  
Maria da Glória Souto  
Maria Filomena Ribeiro  
Maria Hercília Agarez Campos Marques  
Maria Lúcia Fraga  
Mário Machado Pinto de Oliveira  
Natália Sousa  
Pedro Chagas Ramos  
Teresa Martins Marques



Pedro Ramos, Ernesto Rodrigues e Teresa Martins Marques



Pires Cabral, Miguel Esteves e Elísio Amaral Neves



Ernesto Rodrigues



Glória de Sousa durante um *sketch* teatral

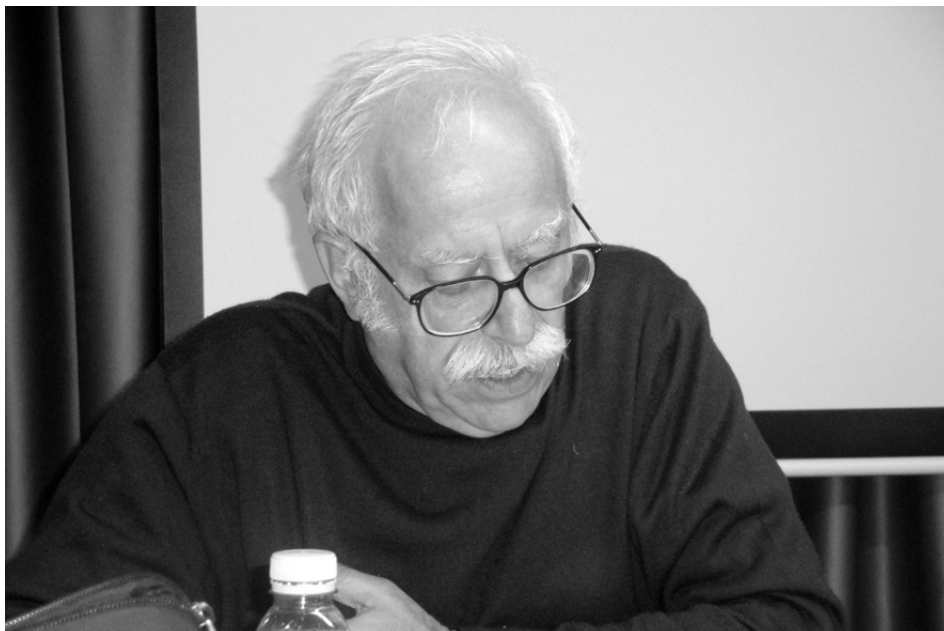


Visita a Parada do Pinhão



João Luís Sequeira Rodrigues





Frederico Amaral Neves



Casa de Aires Torres, Parada do Pinhão





Maria Hercília Agarez, Pires Cabral e Isabel Maria Fernandes Alves

## Sumário

• João de Araújo Correia e a linguagem popular	
<i>A. M. Pires Cabral</i> . . . . .	5
• Literatura Transmontana e Alto-Duriense: uma região sem paredes	
<i>Ernesto Rodrigues</i> . . . . .	16
• Um diálogo entre a Poesia de A. M. Pires Cabral e a Ecocrítica	
<i>Isabel Maria Fernandes Alves</i> . . . . .	26
• Aires Torres: Horas da vida de um Republicano	
<i>João Luís Sequeira Rodrigues</i> . . . . .	37
• A identidade transmontana em Miguel Torga	
<i>Maria Hercília Agarez</i> . . . . .	57
• Memória do Encontro . . . . .	72